



Este DVD é um resultado de um trabalho com os jovens de Dois Vizinhos e São Jorge. Ele conta a história dos 50 anos da Assesoar através do teatro.



CAMBOTA

ANO XLIII | Nº 273 | SETEMBRO de 2017 | ISSN 1984-0845



Alimentos Saudáveis

Um caminho para o presente e futuro do campo e da cidade



Conselho Diretor e Fiscal - Paulo Roberto Czekalski, Gelsi Dutra, Cristiane Katzer, Jonai Girardi Antunes, Janete Rotava, Airton Luiz Freire, Sidnei Martini, Zelide Possamai, Rosemari Machado Dapont, Julio Nuernberg, Claudioney Daleffe Wastchuk, Nelcindo Hoffmann, Geraldo Masieiro e Adir Lino da Silva.

Conselho Fiscal - Ari Silvestro, Santa Terezinha dos Santos Sukenski, Marilene Maria Sotoriva, João Valdemar Fortuna e Sidney Kohwald.

Equipe de escritório e campo - Amaro Korb Rabelo, Andreia F. Vansetto Soares, André Fedel, Elisângela B. Loss, Felipe Fontoura Grisa, Janaina Faligurski, Janete Rosane Fabro, Neziane Folle, Ricardo Callegari, Rogéria Pereira Alba, Valéria Korb e Vilma Favero Marchiori.

Equipe de estrutura - Claidy Antônia Guancino, Derly Guancino, Marilucia Padilha, Nair Mawieski Pinto, Salute Maria Cavasine Bordun, Roseli Sampaio e Suzana Gotardo de Meira.

Fotos e Imagens - Arquivo Assesoar e imagens da Internet

Coordenação - Amaro Korb Rabelo e Ricardo Callegari

Correção ortográfica - Sueli Bevilacqua Baleeiro de Lacerda

Diagramação - Ademir Morais

Impressão - Grafit Gráfica e Editora Ltda.

Instituições Parceiras e de Apoio - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA, Sistema de Cooperativismo de Crédito Solidário – CRESOL, Sistema de Cooperativas de Leite – SISCLAF, Cooperativas de Produção da Agricultura Familiar – COOPAFI, Sindicatos e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF, Movimento Sem Terra – MST, Cooperativa Iguau de Prestação de Serviços – COOPERIGUAÇÚ, Rede Ecovida de Agroecologia, Movimentos dos Atingidos por Barragens – MAB, União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná - UNICAFES-PR, Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário - INFOCOS, Universidades e Escolas Públicas, Órgãos Governamentais (municipais, estaduais e federais), Território Sudoeste do Paraná, Agências de Cooperação Internacional (PPM Pão Para o Mundo – Alemanha e CCFD – França).
Sudoeste do Paraná – Brasil – Setembro de 2017

Revista Cambota / Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR. – ano 43, n. 273 (2017) - Francisco Beltrão: ASSESOAR, 2000-

Semestral

ISSN 1984-0845
Continuação do: Jornal Cambota, ano 1-26(1-247), 1973 – 1999.
A partir do ano 34, n. 260 de 2008, foi atribuído ISSN.

1. Agricultura Familiar – Periódicos. 2. Educação do Campo – Periódicos. 3. Agroecologia – Periódicos. 4. Desenvolvimento Local – Periódico. I. Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar.

CDD – 050

Ficha Catalográfica: Sandra Regina Mendonça CRB: 9/1090



S U M Á R I O



Apresentação.....	4	FESTA DAS SEMENTES.....	30
Plataforma da Comida Saudável.....	5	AGROECOLOGIA: 10º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia.....	36
EDUCAÇÃO DO CAMPO: Assesoar participa de Encontros e Seminários sobre a Educação do Campo.....	12	FRACKING: Estão de olho no subsolo do Sudoeste do Paraná.....	40
ESCOLA PÚBLICA: A contra reforma do Ensino Médio.....	17	ENTREVISTA: A paixão pelo campo e pela natureza: o exemplo da família Padilha Forlin.....	46
GOLPE E REFORMAS: Uma história de várias panacéias.....	21	52ª Assembleia Geral Ordinária da Assesoar.....	52
		INTERCÂMBIO: Assesoar realiza Intercâmbio na Alemanha.....	54
		NOTÍCIAS: Assesoar e Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais.....	56
		Constituição da UMIPTT no Sudoeste.....	57
		ECOLOGIA: Horta Ecológica da Assesoar.....	58



APRESENTAÇÃO

A Assesoar sempre defendendo a produção de alimentos e alimentos saudáveis! Assim a edição 273 da Revista Cambota traz como tema de capa “Alimentos Saudáveis” que busca apresentar como está a produção de alimentos de forma diferenciada ao modelo convencional de produção de alimentos.

Outras leituras, posicionamentos e conhecimentos podem ser apreciados a partir do que se traz nos textos da Educação do Campo; Escolas Públicas; Formação; Festa das Sementes; Agroecologia; Fracking; Entrevista; Assembleia; Intercambio; Notícias e não poderia faltar o Tempo de Brincar. Não queremos que os artigos apresentados sejam considerados como verdades, mas que sirvam como pontos de partida para uma reflexão capaz de nos provocar de que essa caminhada necessita de muitos passos ainda. Desta forma teremos muitos desafios a serem enfrentados e superados, mas só avançaremos com muito trabalho.

Para todas e todos, portanto uma Boa leitura!
Direção e equipe

CAMBOTA é uma parte da roda da carroça, historicamente e ainda utilizada pelos agricultores familiares da região. Em 1973, João Nalo, agricultor em Santo Antônio do Sudoeste e associado da ASSESOAR, disse que «uma cambota isolada fica sem ação e quando juntas formam a roda que proporciona o movimento». Desde então a roda da carroça passou a ser o símbolo da entidade, e Cambota, o nome desta revista.



PLATAFORMA DA COMIDA SAUDÁVEL: UM CAMINHO PARA O PRESENTE E FUTURO DO CAMPO E DA CIDADE



No mundo, quase 800 milhões de pessoas ainda passam fome enquanto a obesidade e o sobrepeso atingem 1,9 bilhões de pessoas. Segundo dados da FAO, em pesquisa em 2014, o Brasil deixou de compor o mapa da fome, porém o índice de prevalência de subalimentação no Brasil foi de 3%, ou seja, mais 6 milhões de pessoas ainda se encontram subnutridas. Por outro lado, há grandes indicativos que o Brasil tenha um retrocesso nos próximos anos em decorrência dos cortes nas políticas públicas de distribuição de renda e desmonte do Estado.

O modelo de produção, distribuição e consumo de alimentos precisa ser revisto, com urgência (FAO, 2017). No campo, amplia-se a concentração e integração entre a agricultura, a produção de insumos, grandes complexos agroindustriais, redes de supermercados e o capital financeiro, exercidos por grandes corporações multinacionais, formando “impérios agroalimentares” que passam a controlar a produção e o consumo, tomando fisicamente e ideologicamente os territórios, através da concen-

tração de terras, e do capital, provocando o êxodo rural e impondo um modelo de agricultura baseado nas commodities (soja, cana, milho, ...), principalmente voltadas à exportação, na produção em grande escala de alto custo e alto risco econômico e graves consequências sociais e ambientais.

Esse modelo tornou o Brasil o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e vem submetendo a nossa base alimentar a poucos produtos de baixa qualidade nutricional e altos índices de contaminação.

No Sudoeste do Paraná, a realidade não é diferente. A área destinada à produção de soja foi a única que apresentou significativo crescimento após 2006, enquanto o trigo e milho teve um leve crescimento. Por outro lado, o expressivo aumento da área destinada a soja contrapõe-se à redução de área destinada à produção de batata, cana de açúcar, e feijão (Callegari, 2017). Essas condições fazem diminuir drasticamente a diversidade e a qualidade nutricional e os sabores dos alimentos que chegam à mesa da população.

Evolução da área plantada no Sudoeste do Paraná (ha)

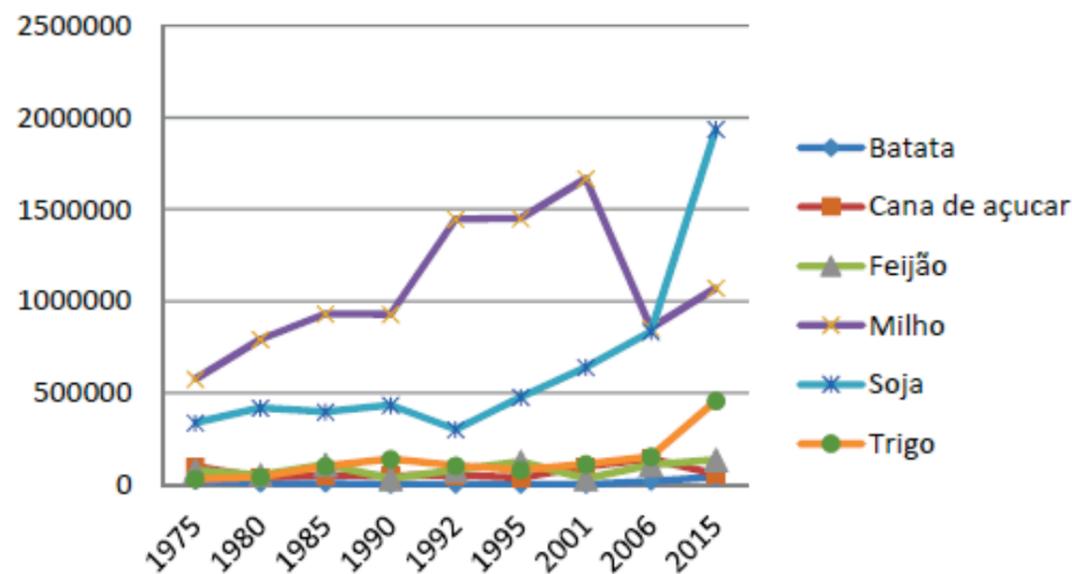


Gráfico organizado por CALLEGARI, Ricardo. Fonte: IPARDES, 1975 A 2015.

De fato, nunca produzimos tanta comida, ao passo que o futuro desta produção nunca foi tão incerto e inseguro – o uso intensivo de agrotóxicos e de recursos naturais (solo e água, por exemplo), a expansão da fronteira, a influência na mudanças do

clima, o esvaziamento das comunidades (um campo sem gente), a concentração econômica e a dominação política põem em xeque esse modelo insustentável e desigual do agronegócio.

DE QUE FORMA ISSO LHE INFLUENCIA MAIS DIRETAMENTE?



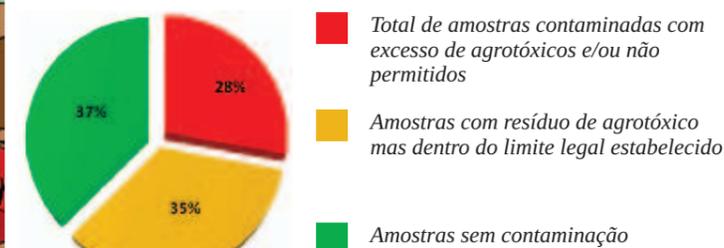
Esse modelo não serve para a agricultura familiar/camponesa e para a produção de alimentos. Também o abastecimento nas cidades, dominado por grandes corporações que priorizam o lucro e produtos que dão mais lucro (commodities), transformam o alimento em mera mercadoria desconectada de seus objetivos. O distanciamento e desconexão entre a produção e o consumo amplia as perversidades levando a sérios e comprometedores problemas à saúde das pessoas e do ambiente, tais como:

Contaminação com AGROTÓXICOS

A contaminação é um dos sérios problemas que afeta nossos alimentos. Vale considerar que, segundo dados da Anvisa, em torno de 30% dos alimentos já chegam do campo contaminados por agrotóxicos, além de causar sérios problemas

de saúde (câncer, hipertensão, depressão, diabetes e outros).

Os dados de análise dos alimentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento demonstram isso no gráfico abaixo:



Fonte: ANVISA Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, 2010.

Produtos «LONGA MORTE»

Os alimentos que se apresentam como longa vida normalmente são ultra-processados e contêm muitos aditivos «conservantes», ampliando o máximo possível sua validade, mas comprometendo a sua vitalidade. Pior ainda quando esses alimentos são contaminados ou adulterados. Outras vezes, são alimentos de consistência dura, sem muito sabor, mas que duram muito tempo na prateleira e por isso rendem mais lucro.



O que é um alimento saudável?



O alimento tem função de satisfazer uma das nossas primeiras necessidades básicas (nutricionais, funcionais), mas tem a ver também com cultura e identidade, família e comunidade, crenças, prazer, e ainda, tem a ver com nossa relação e adaptação ao ambiente em que vivemos.

Uma alimentação saudável inclui aspectos a serem analisados abaixo:

- alimentação diversificada, natural produzida em ambiente saudável,
- sem contaminação com agrotóxicos,
- não transgênico,
- alimento fresco, da época,
- que atenda os costumes culturais locais/regionais,
- que atenda a demanda diária de proteínas, sais minerais e vitaminas do ser humano,
- que esteja disponível e sob controle da população (sementes, tecnologia, etc.), propiciando soberania e segurança alimentar.



Quem produz comida saudável, e quem vai alimentar o mundo?

Sem dúvidas, quem tem a possibilidade de produzir alimentos saudáveis são os agricultores e agricultoras familiares/camponeses, pois a vida no campo é um modo de viver, pensar, criar e produzir sustentado pela família. Essa forma de produzir e viver não cabe de todo no capitalismo, pois não explora a mão de obra alheia, não compra muitos insumos, tem grande independência e relativa autonomia

A organização e articulação são condições básicas para a afirmação dessa resistência camponesa e sua contribuição para o conjunto da classe trabalhadora

na produção de alimentos saudáveis, na conservação ambiental e na oposição ao agronegócio (capitalismo).

A aliança estratégica entre o campo e a cidade é fundamental para unificação das pautas de luta por direitos sociais, reforma agrária popular, reforma política e outras bandeiras que desafiam a Classe Trabalhadora do campo e da cidade.

Essa aliança pretende a construção de um projeto popular (da classe trabalhadora) para os municípios, e para o país e a superação das condições perversas do capitalismo buscando a transformação social.



Entre as principais ações da Plataforma da Comida Saudável são:

- Articulação e apoio à organização de iniciativas de produção e acesso a alimentos saudáveis como: grupos de produção, cestas de alimentos, feiras livres, grupos de consumo, cooperativas de consumidores, circuito regional de trocas alimentos saudáveis entre as microrregiões.

- Outra ação é a formação política, partindo do acesso à informação e formação, através de disponibilização de materiais, capacitação técnica, realização de eventos de sensibilização e conscientização que possam levar a reflexão e debate sobre produção, transformação e comercialização de alimentos.

A Plataforma da Comida Saudável envolve a produção de alimentos saudáveis, a conservação ambiental, a relação direta entre a produção e o consumo de alimentos, onde a organização e a formação são partes importantes para a construção do projeto popular que queremos no Sudoeste do Paraná e Brasil.

Para saber mais:
NEXO JORNAL LTDA - Como o Brasil saiu do Mapa da Fome. E por que ele pode voltar. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/23/Como-o-Brasil-saiu-do-Mapa-da-Fome.-E-por-que-ele-pode-voltar>. Acesso em 27 de julho de 2017
Greenpeace – Alimentação saudável. Disponível em <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>. Acesso 27 de julho 2017.



O que é a Plataforma da Comida Saudável

Trata-se de uma articulação regional exercida inicialmente através da interação entre campo e cidade em torno do alimento saudável, coordenada pelo Fórum Regional das Organizações e Movimentos Sociais do Sudoeste do Paraná.

Pretende, a partir da produção e acesso ao alimento saudável, debater propostas e ações de interesse dos(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade, em relação ao modelo, principalmente

mercadológico atual, para a construção de um Projeto Popular para o Sudoeste do Paraná.

A proposta objetiva uma ação prática efetiva em torno da saúde, qualidade de vida e conservação ambiental, articular o campo e cidade, ampliar a consciência crítica e fortalecer a organização popular na construção de propostas de interesses popular.

“Que o teu remédio
seja teu alimento,
e que o teu alimento
seja o teu medicamento.”
Hipócrates (460-377 a.C.)



Assesoar participa de Encontros e Seminários sobre a Educação do Campo



Houve a participação de diversas instituições, universidades, escolas, movimentos sociais e sindicais que acompanham e lutam pela educação do campo. E, de maneira coletiva, debateu-se sobre temas importantes para este tempo histórico, tais como: conjuntura de ataque aos direitos dos trabalhadores, privatizações dos serviços públicos e de ataques aos direitos democráticos como o que foi o golpe de 2016 e a Escola Sem Partido.

Esta foi a terceira edição do Seminário e possibilitou a análise de contradições deste contexto histórico e possibilitou a construção de conhecimento sobre linhas de ação, conteúdo, métodos de pesquisas, atuação política e questões prioritárias para enfrentar os ataques à educação pública, principalmente a do campo.

A Assesoar participou colaborando com uma oficina sobre experiências educacionais em conjunto com a Escola do Campo Pio X, de São Jorge D'Oeste. Na ocasião, apresentamos alguns dados e debatemos sobre a realidade e a questão agrária da região, tais como: produção agrícola, concentração de terras e o êxodo rural. Participaram da oficina cerca de 40 pessoas de vários estados brasileiros.

Durante os dias 21 e 22 de abril, ocorreu em Curitiba/PR, na sede da APP, o VI Seminário de Educação do Campo, organizado pela Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, cujo tema deste ano foi: “direito, conhecimento, terra e dignidade”. O Seminário teve como objetivo aproximar

trabalhadores da educação e estudantes para debaterem sobre a realidade da Educação do Campo, socializarem experiências exitosas de trabalho e construir coletivamente algumas estratégias de enfrentamento ao fechamento das escolas do campo e corte nos recursos.

Participaram cerca de 200 pessoas de diversas escolas do Paraná e trouxeram experiências de trabalho em comunidades indígenas, de quilombolas, de agricultores familiares ou de reforma agrária. Além de contar com a participação de movimentos sociais, universidades e organizações que defendem e constroem a educação pública do campo. Esta foi a quarta edição do Seminário e constituiu-se como um importante espaço de debates e de articulações para a construção de estratégias conjuntas de defesa da Educação do Campo.

A Assesoar contribuiu com uma fala, na mesa de abertura do Seminário, com o objetivo de problematizar a questão agrária brasileira e os principais ataques aos agricultores familiares através de leis que dificultam processos como a reforma agrária e a distribuição de renda e riqueza no campo, tais como a Medida Provisória 759. E, por outro lado, debateu sobre as contradições que o atual modelo agrícola impõe aos agricultores, tais como a grande quantidade de agrotóxicos e a baixa remuneração dos produtos.

Além da mesa de abertura, a contribuição da Assesoar deu-se na coordenação de um dos grupos de trabalho, com as experiências pedagógicas da Articulação Sudoeste por uma Educação do Campo, tais como a realização de cursos de formação com professores e pedagogos da rede estadual de ensino.

Durantes os dias 29 e 31 de Março de 2017, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus de Erechim/RS, ocorreu o III SIFEDOC - III Seminário Internacional de Educação do Campo e III Fórum de Educação do Campo da Região Norte do Rio Grande do Sul: Resistência e Emancipação Social e Humana. O III SIFEDOC teve como objetivo a produção de conhecimento a respeito da Educação do Campo. Foi um espaço de debates sobre pesquisas, sistematização de práticas e análises sobre a realidade em que a educação do campo se encontra e seus desafios.





MANIFESTO DO SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DIREITO, CONHECIMENTO, TERRA E DIGNIDADE

O Seminário Estadual de Educação do Campo realizado nos dias 21 e 22 de abril de 2017, após catorze anos da Carta de Porto Barreiro, reuniram-se em Curitiba/PR, aproximadamente 170 participantes, grupo composto por educadores e educadoras da Educação Básica e Superior; educandos e educandas das Licenciaturas em Educação do Campo, pesquisadores e pesquisadoras dos Programas de Pós-Graduação e Movimentos Sociais, Sindicais, Organizações Populares, escolas e universidades. O objetivo central foi discutir a trajetória da Educação do Campo no Estado do Paraná e de construir coletivamente documento síntese que contempla a luta, o diagnóstico e os desafios da Educação do Campo para o próximo período. O Seminário foi uma realização conjunta da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo e da APP/Sindicato e ocorreu num contexto de acirramento da correlação de forças que culminou num golpe jurídico - parlamentar - midiático que depôs a Presidenta da República, legitimamente eleita nas eleições de 2014 e num ataque direto aos direitos trabalhistas, explicitados na reforma da previdência e trabalhista e que desencadeou vários movimentos de resistência coletiva em consequência de um conjunto de medidas que acarretam retrocesso às conquistas sociais, afetando também os povos do campo, das águas e das florestas.

As preocupações apontadas no Seminário, quanto à conjuntura nacional, refere-se à Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que estabelece a limitação de gastos do governo federal por vinte anos, à Lei complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que inviabiliza a expansão do atendimento dos serviços públicos básicos a serem ofertados para toda a sociedade, pois seguem a linha de redução do papel do Estado em relação aos direitos sociais e estimula a privatização, cujos efeitos de um e de outro sobre a garantia de direitos assegurados em lei, revela-se devastador, da Reforma da Previdência e trabalhista. Assim, como denunciemos e lutaremos contra a ofensiva neoliberal na agricultura Brasileira, expressa em parte pela Medida Provisória 759/2016 que integra as ações com objetivo de desnacionalizar a riqueza natural, terra, água, Minério e Biodiversidades. Essas questões impactam diretamente sobre as políticas trabalhistas e educacionais para a classe trabalhadora. Assim, alguns movimentos relacionados à Educação, são igualmente preocupantes: redução de investimentos em todos os níveis de ensino; Projeto de Lei do Senado Federal nº. 193/2016, denominado “Escola sem Partido” que defende uma ‘suposta neutralidade’ para a escola que deve atuar apolítica e acriticamente; a Reforma do Ensino Médio, que altera a LDB 9394/96 em vários artigos, que impõe a precarização à formação nesse nível de escolarização, seja na perspectiva da formação geral ou do ensino profissional, com a redução das áreas do conhecimento, especialmente, no que se refere à Arte, à Educação Física, à Sociologia e à Filosofia. Destacamos ainda ameaça à extinção do PRONERA, que nesse momento

comemora 20 anos, extinção dos editais Observatórios da Educação do Campo, diminuindo significativamente a oferta de programas que subsidiam as pesquisas na área e fortalecem o movimento da Educação do Campo.

No Paraná, a conjuntura se reflete na ocupação de mais de 700 escolas da rede estadual e universidades públicas, em 2016; e o processo de precarização ao qual também estão submetidas as universidades públicas. No contexto da Educação do Campo, além das questões já referenciadas, preocupa-nos o ataque às escolas do campo, o que levou ao fechamento de muitas, no período posterior à última Conferência (Candói/2012) e as precárias condições em que funcionam as que ainda resistem no campo, elevado às condições das estradas e do transporte escolar; as formas de contratação dos educadores, no Seminário debateu-se intensamente sobre a problemática da não contratação dos egressos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo – Ledocs, tanto nos Processos Seletivos Simplificado – PSS, quanto os aprovados em concursos públicos; a quase inexistência de processos de formação continuada por parte do estado; a imposição de cartilhas do agronegócio como materiais didáticos a serem trabalhados; a perda de dias letivos, ocasionada por diversos fatores; a não transparência das políticas educacionais para as escolas do campo, o que acarreta dificuldade para realizar o controle social das mesmas.

Rumo aos 20 anos da Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo, reafirmamos e assumimos os antigos e novos desafios que ainda temos que enfrentar no contexto da Educação do Campo:

- Continuar lutando pelo não fechamento de escolas públicas do Campo, turmas e turnos nos diferentes níveis, modalidades e contextos, dar atenção especial em relação às escolas em territórios tradicionais – Escolas nas Ilhas, nos territórios faxinalenses, territórios quilombolas, terras indígenas. Como possibilidade acionar Ministério Público e denúncia ao Conselho Estadual de Educação.
- Pautar lutas por concurso público para superar o alto índice de rotatividade dos professores. Indicou-se a possibilidade da elaboração de uma carta de anuência a exemplo das escolas indígenas e quilombolas no Paraná.
- Denunciar a ausência de laboratórios, bibliotecas e outros espaços pedagógicos e reafirmar a necessidade de organização e uso dos espaços existentes.
- Fortalecer a identidade da escola do campo e seus sujeitos nos diferentes contextos e superar a falta de diálogo entre escolas.
- Enfrentar os problemas com Transporte Escolar, práticas de nuclearização e Educação Infantil.
- Articular os diversos sujeitos coletivos das Articulações regionais para o trabalho com Educação do Campo na região, aproximar e fortalecer o vínculo com os sindicatos buscando ampliar e fortalecer as ações.
- Criação do coletivo estadual de Educação do Campo na APP – Sindicato.
- Ampliar os projetos de extensão das Universidades visando formação continuada dos educadores, reelaboração do PPP, Novas práticas de Planejamento – através da construção dos Inventários da Realidade, com alguns elementos do Experimento das EI do MST – Complexo de Estudos, planejamento coletivo e interdisciplinar.
- Estudo das Diretrizes da Educação do Campo, e demais legislação e outros textos sobre fundamentos filosóficos, sociológicos e políticos.
- Lutar contra convênios entre governos e empresas para aquisição de materiais didáticos, comprometendo-nos a produzir materiais desde a concepção de Educação do Campo, lutar contra os ataques da Escola Sem Partido, resistir a implementação da BNCC e Reforma do ensino Médio.
- Lutar por determinação legal nos municípios que proíba o uso do Programa Agrinho, tal como deliberado pelo Conselho Municipal de Educação de Cascavel, por não atender às necessidades



das escolas do campo, por não respeitar o caráter da educação pública, a biodiversidade, a vida e por estar vinculado à promoção do uso de agrotóxicos. Ver Carta pelo fim do Programa Agrinho nas Escolas Públicas do Paraná.¹

- A mudança de nomenclatura e reconhecimento identitário das Escolas do Campo deu-se por conta de Parecer CEE/CEB 1011/2010 a resolução CG/SEED 4783/2010 precisamos na sequência trabalhar na reformulação dos PPPs.
- Divulgar a Lei Municipal de Cascavel Nº 6.484/2015² que regulamenta o uso de agrotóxicos e proíbe sua utilização nas proximidades de escolas, Centros Municipais de Educação Infantil, núcleos residenciais e unidades de saúde.
- Reivindicar nos concursos públicos da SEED, o reconhecimento da titulação por áreas do conhecimento dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, desde ação junto a SEED, para pressionar um edital com pontuação maior para os licenciados em educação do Campo, também contar pontuação maior para quem reside no campo, para isso, realizar audiência pública para criação de um instrumento legal de enfrentamento.
- Lutar por um calendário diferenciado.
- Reunir o conjunto de teses, Dissertações, livros e qualificar as estruturas das bibliotecas digitais e impressas.
- Organizar a rede dos pesquisadores e grupos de pesquisa.
- Realizar a comemoração dos 20 anos da Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo nas regiões, organizações e comunidades.

Em decorrência do contexto apresentado, manifestamos nosso compromisso com as lutas de resistência e por avanços. Lutaremos: 1. Contra todas as reformas que visem a retirada de direitos sociais; 2. Contra o desmonte das políticas públicas de respeito e afirmação da diversidade na educação; 3. Contra o fechamento das escolas do campo.

Assinam o manifesto: Professores e Funcionários da Rede Estadual de Educação; Redes Municipais de Educação; Movimento Sindical: App Sindicato e seus Núcleos Sindicais, FEFTRAF; Movimentos Sociais: MST, ASSESOAR, ARCAFAR, MPA, MOPEAR, Indígenas, Quilombolas, MMC, MPA, MAB, Faxinalenses; Universidades: Uniqeste – Campus Francisco Beltrão, Unicentro, UFFS- campus de Laranjeiras do Sul; UFPR, UFPR – Setor Litoral, TUIUTI, UEPG, UNESPAR, UTFPR.

NENHUM DIREITO A MENOS!
CURITIBA, 22 de abril de 2017.

¹ Acessar Carta pelo Fim do Programa Agrinho em <http://apecpr2011.blogspot.com.br/2015/10/blog-post.html>
² Ver Cartilha sobre a lei em <http://pauloport.com.br/cartilha/>

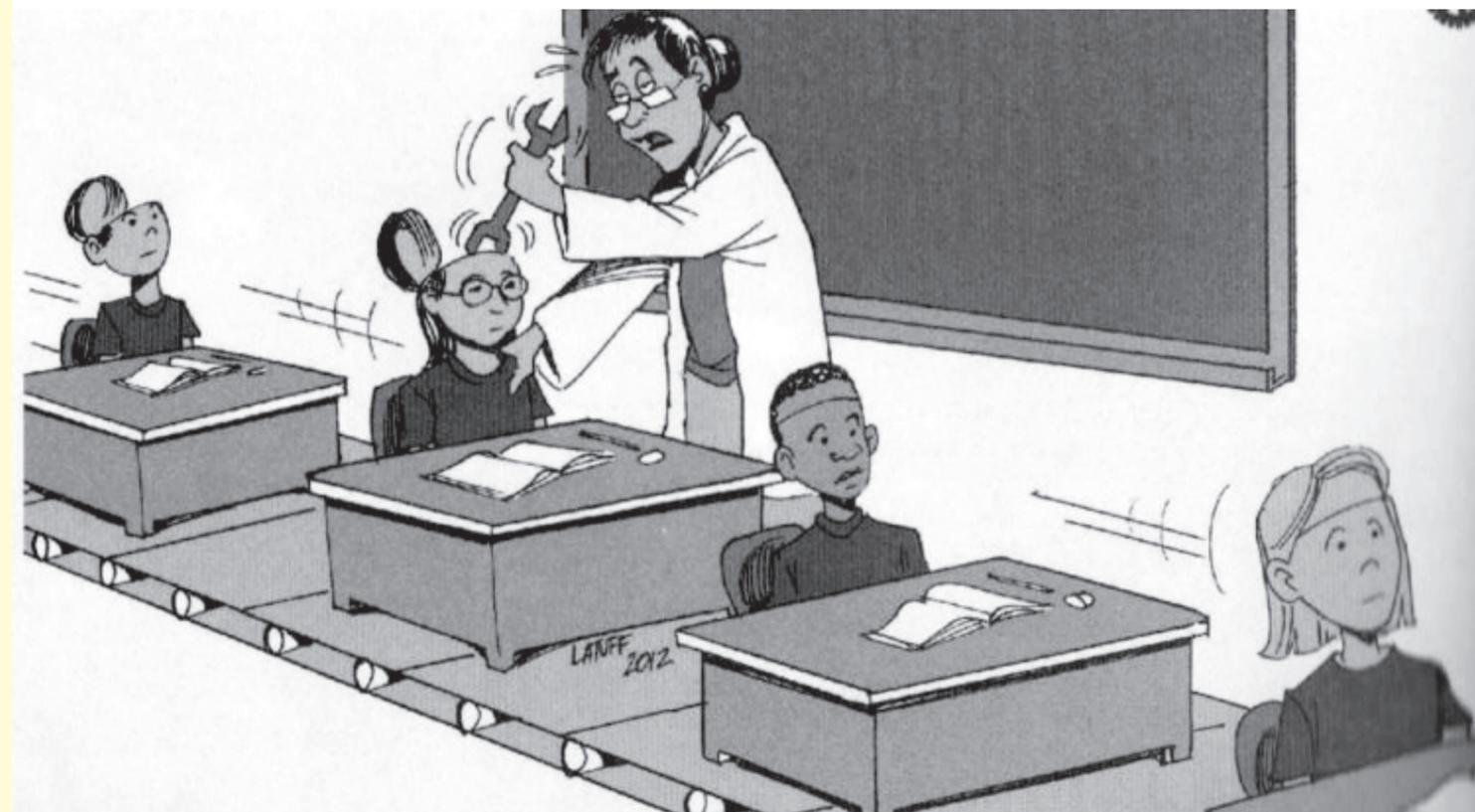
A contra reforma do Ensino Médio

“ Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.

Paulo Freire ”

Vivemos tempos difíceis na história da humanidade. A disputa pelo controle do poder econômico é cada vez maior em todo o mundo. E, para conquistar esse controle, várias medidas e táticas são utilizadas pela burguesia, de acordo com a conveniência de cada lugar e tempo.

O Brasil passa por um momento, no jogo internacional do capital, de venda do patrimônio público e de desmonte de direitos historicamente conquistados pela população, confirmando-se um dos maiores ataques e desrespeitos aos direitos sociais. A educação é um dos direitos sociais que vem sofrendo as maiores ofensivas, apesar de estar garantida na Constituição Federal de 1988, no



Art. 6. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição; e o **Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado** e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em setembro de 2016, o executivo federal encaminhou para o Congresso a Medida Provisória - MP nº 746/2016, que altera alguns dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Lei que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), impondo uma nova legislação que altera o currículo e a concepção de um Ensino Médio universal. A MP 746/2016 foi apresentada sem qualquer diálogo com a sociedade e com os principais interessados, os estudantes e professoras/es. Esta proposta afeta principalmente o direito universal à Educação Básica de Ensino Médio e configura-se como uma volta ao passado; uma escola aos que possuem tempo para estudar e outra rápida, aligeirada para aqueles que precisam viver do seu próprio trabalho.

Sob a falácia de que o estudante poderá decidir sobre o seu futuro, a contra-reforma do Ensino Médio trata exclusivamente de formar mão de obra rápida e barata para o mercado. Esta reestruturação será para atender a demanda do mercado, que precisa de uma mão de obra menos qualificada

e, conseqüentemente, com salários menores. É um equívoco achar que escolher o currículo vai ajudar os estudantes a conseguirem melhores condições de vida. Conforme afirma FRIGOTTO¹, é uma traição aos filhos dos trabalhadores achar que deixando-os escolherem parte do currículo vai ajudá-los na vida, enquanto os filhos da elite estudam em escolas que garantem a manutenção da direção da sociedade.

A MP 746/2016 agora é a Lei do Ensino Médio 13.415/2017, aprovada e sancionada pelo governo no dia 16 de fevereiro de 2017. Lei que ainda não está sendo efetivada porque precisa da aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. A nova lei feita por meio de um decreto, com a justificativa de urgência em reformular o Ensino Médio, agora perdeu o caráter de urgência e aguarda a aprovação da BNCC e iniciará somente no ano subsequente à sua aprovação. Como ainda não foi aprovada, a Lei 13.415/2017 não tem data para iniciar.

A nova lei altera a grade curricular do Ensino Médio, sendo obrigatórias somente as disciplinas de português, matemática e inglês. Sociologia, filosofia, artes e educação física ficaram apenas como estudo obrigatório, dependendo ainda da orientação BNCC e que ainda não foi divulgada. Tais disciplinas são a base para compreender a sociedade e formar estudantes críticos, permitindo um melhor posicionamento para suas futuras decisões.

Hoje, a carga horária do Ensino Médio é de 2400 horas, mas com a nova lei as disciplinas de conhecimentos gerais da BNCC não poderão ter carga horária superior a 1800 horas, conforme o § 5º *A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino.* As demais horas comporão os itinerários formativos: I – linguagens e suas

tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional. Contudo, isto não significa que as escolas ofertarão todos os itinerários formativos, isso dependerá de qual arranjo curricular cada escola optará. Tendo em vista que poucas escolas possuem estrutura para ofertar os cinco itinerários formativos.

Outro ponto bastante frágil é o Ensino Médio noturno, como ele incorporará a ampliação da grade curricular prevista na lei é uma das questões que esta aberta e que não diz como isso será feito. Considerando que a maior parte dos jovens trabalhadores que continuam estudando fazem o Ensino Médio noturno, esta proposta pode inviabilizar o ensino noturno e ampliar a evasão escolar no Ensino Médio. Tais aspectos da lei mostra a despreocupação e o descomprometimento dos que a formularam com os estudantes, que são obrigados, desde muito cedo a enfrentar o mercado de trabalho e que terão que optar entre o estudo e ou trabalho.

A contra-reforma do Ensino Médio (13.415/2017), atendendo interesses da iniciativa privada, vai permitir que as escolas públicas realizem convênios com instituições de educação a distância para a oferta do ensino técnico, conforme parágrafo:

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação:

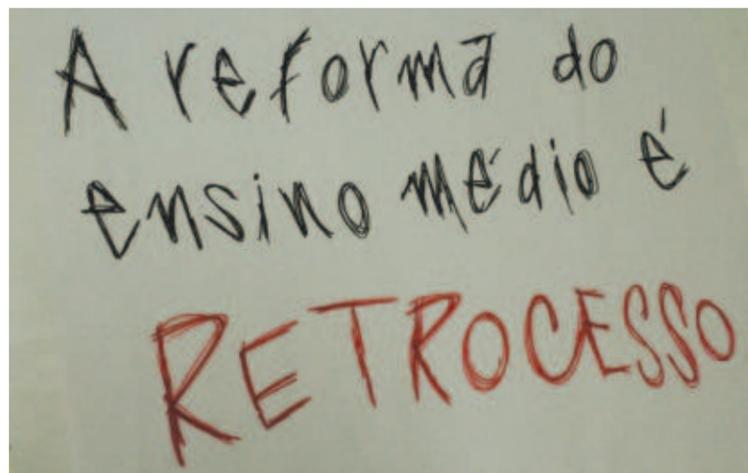
- I - demonstração prática;
- II - experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida

- fora do ambiente escolar;
- III - atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas;
- IV - cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais;
- V - estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras;
- VI - cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias.

Percebe-se, neste parágrafo que fica implícita na lei a possibilidade da ampliação da privatização do ensino técnico. O que se trata aqui não é a possibilidade de instituições particulares ofertarem o ensino técnico, isto já existia e já era permitido na legislação anterior, mas, sim, a ampliação de transferência de recursos públicos para o setor privado. Tal medida significa uma ampliação do setor da educação privada e a incorporação da educação no mercado, transformando cada vez mais a educação em uma mercadoria. Eis aí o objetivo que está por trás desta proposta! Esta lei afeta toda a classe trabalhadora do campo e da cidade.

Mesmo com muitas contestações sobre a atuação de profissional com notório saber ministrando aulas, permaneceu na lei esta condição deixando a porta aberta para a precarização do trabalho docente e também do ensino. A lei explicita a pouca preocupação com a qualificação docente e com o profissional da educação, refletindo numa desvalorização ainda maior deste profissional na sociedade.

Sobre o financiamento do Ensino Médio Integral, a lei prevê que a partir do segundo ano subsequente à aprovação da BNCC e mediante um termo de compromisso entre MEC e a escola, o Estado repassará recurso durante 10 anos para a implementação da proposta, mediante compromi-



¹ Frigotto: segregação aprofundada. Reforma de ensino médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. (p. 02)



Golpe e reformas:

uma história de várias panacéias

Panacéia, segundo os dicionários da língua portuguesa, refere-se a um remédio que cura várias doenças de uma só vez. Se transferirmos o sentido para a economia e a política, vemos que, nos últimos anos, várias foram as medidas vendidas como “panacéias” para a população.

Em meados de 2016, a cúpula do governo Temer afirmava que, se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 não fosse aprovada, seria necessário aumento de impostos no Brasil; por outro lado, Meirelles e Temer afirmavam que se a PEC do Teto de gastos fosse aprovada não haveria aumento nenhum de impostos, pois, segundo eles, o controle dos gastos do Estado estaria controlado.

Em meio a muitas lutas da classe trabalhadora demonstrando sua indignação com a condução da política econômica brasileira, o governo de Temer e Meirelles aprovava a PEC dos gastos com apoio de ampla maioria dos deputados e senadores. Com a promessa de “não aumentar impostos” e de “o Brasil voltar a crescer” esta PEC, que virou Emenda Constitucional (EC) 95, definiu o congelamento dos investimentos por 20 anos em educação, saúde, segurança, agricultura e etc.

Em 2017, as promessas da volta do crescimento econômico, geração de empregos sem perda de direitos para os trabalhadores e de não aumento dos impostos estão longe de serem alcançadas ou cumpridas. Os últimos dados apresentam mais de 13,5 milhões de desempregados; 2016 fechou com um déficit primário de 2,6% do PIB e mesmo o “crescimento”, no início de 2017, deu-se mais pelos recordes de exportação e balança comercial que por resultados efetivos da política econômica de ajuste fiscal. Este “crescimento” pode ser caracterizado como um “vôo de galinha”, como diz o conhecido jargão popular, já que não possui bases sólidas que sustentem o crescimento acarretando em posterior recessão, pois o investimento do Estado não aumen-

tu e nem o consumo familiar (duas características importantes para definir taxas de crescimento).

Em vários espaços de discussão dos trabalhadores, de análises da conjuntura e materiais produzidos, havia críticas sobre a ineficiência dos ajustes fiscais como política para crescimento, pois com eles não haveria aumento na arrecadação do Estado; pelo contrário, haveria retração (diminuição, redução), o que exigiria, para assegurar o superávit primário, cada vez mais cortes de direitos, diminuição do Estado e aumento de impostos nos bens de consumo (água, luz, combustível, comida, vestuário, etc). Mas sabendo que não daria resultado para o crescimento e para a geração de empregos, por que os ajustes foram aplicados? Para quem estes ajustes servem? E quais as alternativas para os trabalhadores? As panacéias continuam.

O golpe de 2016, vendido como panacéia para a população, vendido como “governo de salvação nacional” pela imprensa, é o que melhor ajuda a entender este processo: destituiu uma presidente democraticamente eleita e colocou no seu lugar um grupo de usurpadores liderados por Michel Temer e Henrique Meirelles que passaram a implementar uma série de contra-reformas resultando no aumento da exploração do trabalho (reforma trabalhista e previdenciária), privatização de setores estatais, de serviços públicos e de bens da natureza (pré-sal, terras para estrangeiros).

A partir do golpe, executado com forte adesão das entidades patronais em coalizão com frações estrangeiras, financeiras e midiáticas, vemos uma profunda re-estruturação do Estado brasileiro e tentativas seguidas de destruir o bloco histórico de (centro) esquerda que estava na administração do país desde 2003. Para entender, porém, esta panacéia do golpe é preciso olhar criticamente para três atos que o antecedem (para que não o repitamos e para os enfrentarmos).

so contendo: a identificação e delimitação das ações a serem financiadas, as metas quantitativas, cronograma de execução físico-financeiro e a previsão de início e fim de execução das ações programadas. Contudo, não fica claro na lei no que consiste o financiamento e também porque depois de 10 anos ele se encera.

O povo brasileiro na sua história passa por um dos períodos mais difíceis, com a retirada de direitos conquistados como as garantias trabalhistas, a ameaça da reforma da previdência, do teto dos gastos públicos por 20 anos e a precarização da educação, seja pelo pouco investimento, seja pelo entendimento de que educação de qualidade é medida somente pelas disciplinas de português, matemática e inglês a partir das medidas de avaliação estipuladas pelos sistemas internacionais.

Diante de toda essa ofensiva contra os trabalhadores, contra a juventude, é preciso que o povo brasileiro, juntamente com os movimentos sociais e organizações populares juntem-se em torno de um projeto popular que coloque esperança no futuro deste país, que a juventude seja parte não como mão de obra barata do grande capital, mas na construção de um Brasil justo, e que a educação seja emancipadora. Enfrentar as medidas autoritárias que vem sendo tomadas contra os direitos sociais do povo brasileiro, em especial contra a juventude e as futuras gerações, é fundamental neste momento. Este é um desafio colocado às organizações e aos movimentos sociais populares que defendem os direitos sociais conquistados e a educação pública de qualidade a chamar a sociedade para a construção participativa de um projeto popular para o Brasil.

¹ Houve aumento das contratações informais, muito comemorada pelo governo golpista como sinal de que a economia está em recuperação, porém, estas contratações são de trabalhadores que antes trabalhavam com carteira assinada e que, a partir do desemprego, se obrigaram a fazer “bicos”. Isto não é solução de problemas, é precarização do trabalho.

Primeiro ato: pacto de classe de 2002

O Brasil vinha sofrendo uma série de derrotas impostas pelo modelo Neoliberal, implantadas pelo FHC, tais como a privatização de setores estratégicos (Vale do Rio Doce, Embraer, Companhia Siderúrgica Nacional); as concentrações de renda e de terras que expulsavam milhares de trabalhadores do campo para a cidade, que obrigavam estes a trabalhar em condições precárias de trabalho e remuneração e que matavam outros milhares de fome pelo país a fora.

Diante disso, as eleições de Lula em 2002 e 2006, principalmente, assim como as de Dilma em 2010 e 2014 representaram, do ponto de vista social, uma possibilidade de conquista para os trabalhadores e movimentos sociais. Geraram grandes expectativas sobre a condução de seus governos e da possibilidade de, enfim, enfrentar as derrotas impostas até então.

Do ponto de vista político e econômico, as eleições representaram o que chamamos de “pacto de classe”, pois conciliaram projetos que amparavam políticas públicas para as camadas mais pobres

juntos com setores da burguesia “nacional”, que se sentiam prejudicados pelas políticas neoliberais implantadas até então, criando o “capitalismo de Estado”. Estes projetos (chamados de neodesenvolvimentistas) contaram com a forte participação do Estado executando diversas obras como, por exemplo, de infraestrutura, estádios e complexos esportivos, portos e aeroportos, transposição do rio São Francisco, etc. Como veremos ao longo deste texto, o pacto trouxe algumas conquistas para os trabalhadores, porém, não transformou as estruturas da sociedade permitindo que grandes empresas, bancos e o agronegócio se fortalecessem e ganhassem cada vez mais dinheiro e poder.

A política-econômica possibilitou a geração de empregos (saindo dos 12% de desemprego em 2002 para os 5% em 2014) e a valorização do salário mínimo (de R\$ 200 para R\$ 724 em 2014, agora em R\$ 937, conforme podemos verificar no gráfico 1), o que contribuiu para criar um pequeno mercado interno. O salário mínimo continua longe do ideal, porém, seu crescimento foi de quase cinco vezes neste período.

Gráfico 1. Evolução do Salário Mínimo (média de agosto de cada ano)



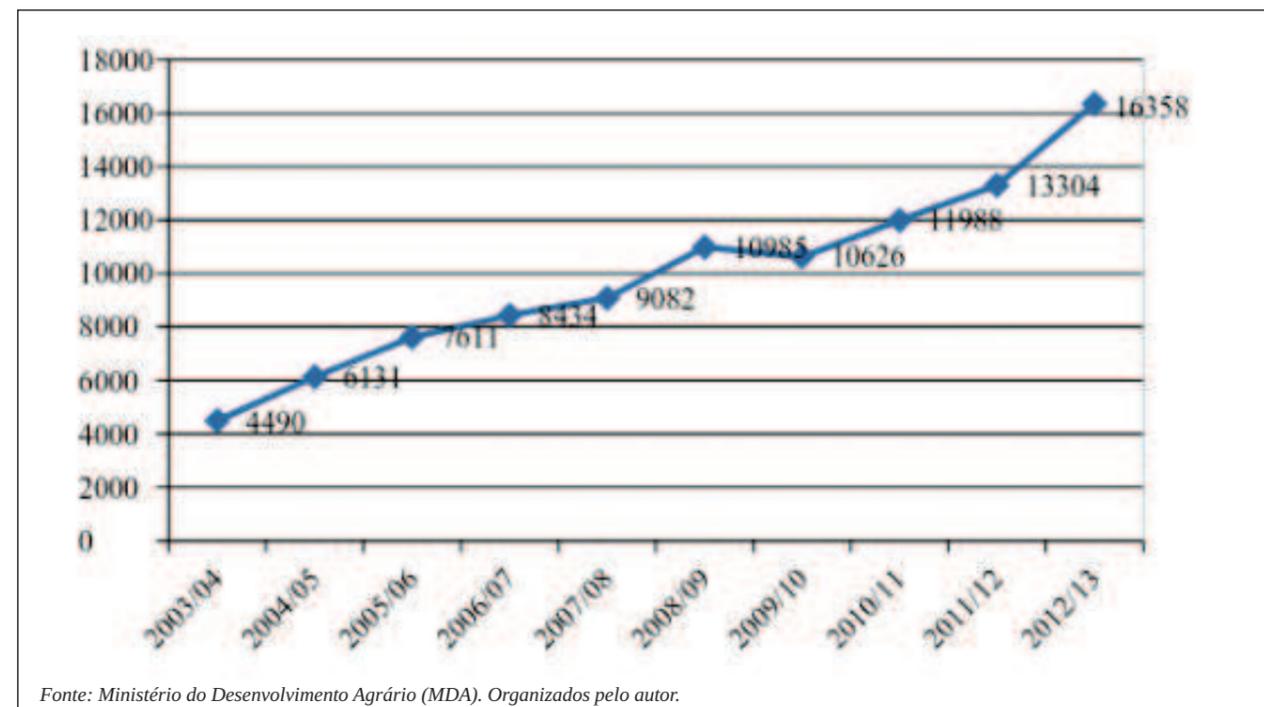
Fonte: Dieese, elaborado pelo autor.

Houve também incentivos para a educação, como o PROUNI (Programa Universidade para Todos), que distribuiu mais de um milhão de bolsas de estudos, o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), com mais de seis milhões de pessoas formadas, além do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) que financiou mais um milhão de pessoas, sem contar a construção de Universidades e Institutos Federais. A tentativa era a de democratizar o acesso ao Ensino Superior para a população, especialmente para os trabalhadores.

Para os agricultores familiares houve o aumento no crédito agrícola através do PRONAF

(Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) (Gráfico 2), que saiu de R\$ 4 bilhões e 490 milhões em 2003 para R\$ 16 bilhões e 358 milhões em 2014. Um aumento próximo a quatro vezes e que foi acessado por agricultores familiares de todo o Brasil. Uma das contradições desta linha de crédito são as produções agrícolas que foram financiadas, a maioria delas se limitadas ao financiamento de soja, milho ou trigo dentro de uma matriz tecnológica baseada na utilização de agrotóxicos e controlada por grandes empresas que passaram a aumentar suas parcelas de lucros a partir da comercialização destas commodities.

Gráfico 2. Evolução do crédito agrícola aplicado pelo Pronaf (R\$ bilhões).



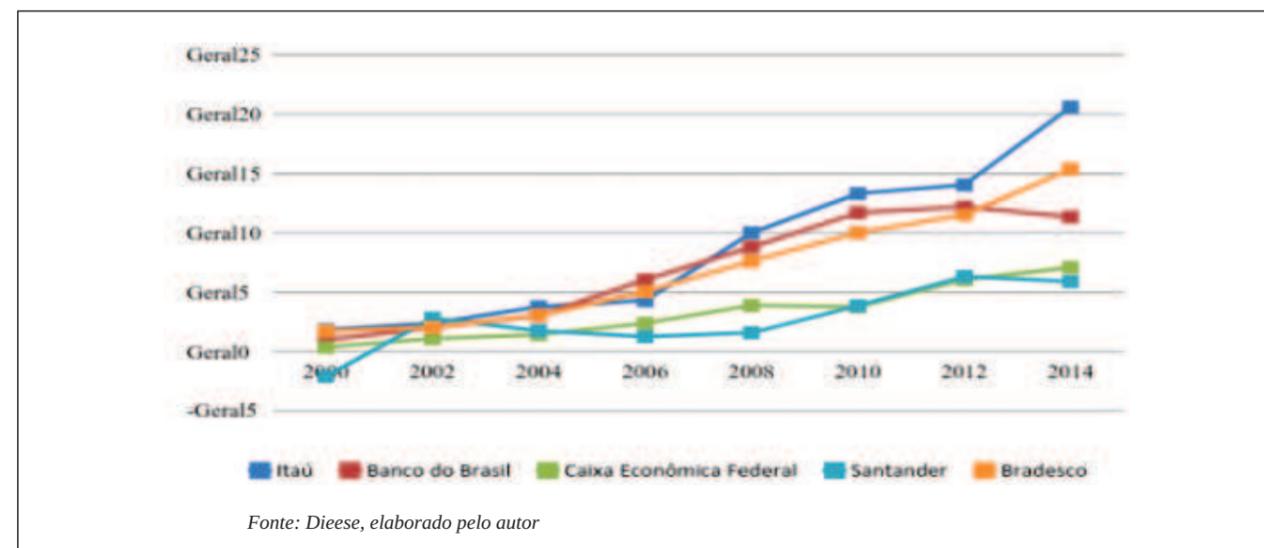
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Organizados pelo autor.

Se os trabalhadores do campo e da cidade tiveram conquistas inegáveis nestes últimos anos, é de igual forma inegável que setores da burguesia também obtiveram muitas conquistas e se fortaleceram dentro do Estado (por isso “pacto de classes”). Exemplo disso são as empresas como a JBS (do ramo alimentício), a Odebrecht (construtora responsável por várias obras de infraestrutura por todo o país), além de bancos que passaram a lucrar altas quantias em dinheiro, beneficiando-se de grandes esquemas como a da Dívida Pública que consumiu somente em 2015 cerca de R\$ 1 trilhão em juros e

amortizações.²

Verificamos, por exemplo, o caso dos cinco maiores bancos que atuam no Brasil (públicos e privados) os quais tiveram crescimento vertiginoso de seus lucros líquidos comparando o ano 2000 e os subsequentes até 2014. Destacam-se o banco Itaú e o banco Bradesco que se tornaram os dois maiores bancos no Brasil se analisarmos os lucros líquidos. O Itaú saiu de um lucro de R\$ 1,8 bilhão no ano 2000 para superiores R\$ 20 bilhões em 2014. Já o Bradesco saiu de R\$ 1,7 bilhão para mais de R\$ 15 bilhões.

Gráfico 3. Lucro Líquido por Banco (em bilhões de reais).



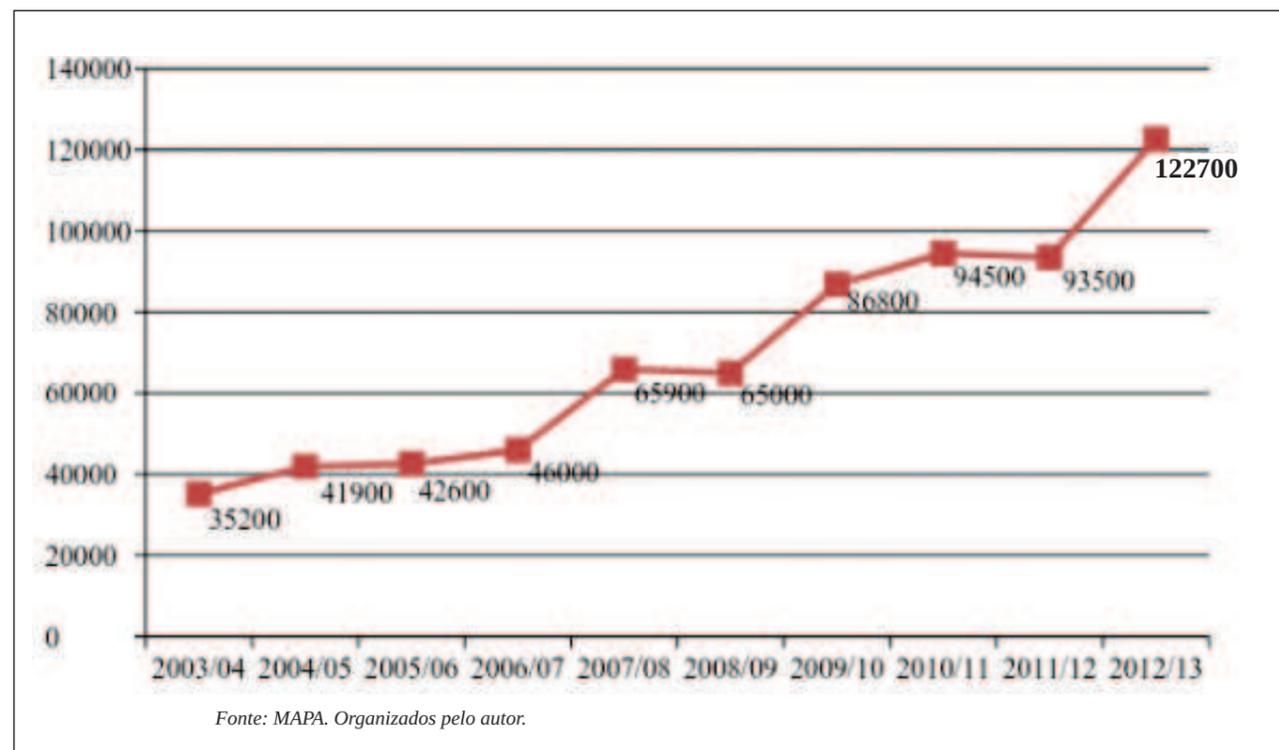
Fonte: Dieese, elaborado pelo autor

² Para mais, consultar: <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/08/30/numeros-da-divida/>.

Nesse sentido, estão as linhas de crédito disponíveis especificamente para o agronegócio, liberadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Neste, verificamos o

aporte de mais de R\$ 35 bilhões para a safra 2003/2004 e saltando para R\$ 122 bilhões e 700 milhões para a safra 2012/2013, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 4. Evolução do crédito agrícola aplicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em bilhões de reais.



Como afirmamos no início, as eleições de Lula e Dilma deram-se por uma coalizão de diferentes setores da sociedade e, portanto, moveram-se com várias contradições para manter a “governabilidade”. Desse modo, vemos o salário mínimo ter um aumento superior a 468% e, por outro lado, um aumento de 1111% nos lucros líquidos do Itaú, por exemplo. Ou, ainda, verificamos um aumento de 358% nas linhas de crédito para o MAPA e 400% para o Pronaf, ambos financiando basicamente as mesmas produções e proporcionando uma fartura ao agronegócio devido aos ciclos das commodities. A burguesia financeira continuou crescendo. A produtiva re-organizada com o apoio do Estado através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principalmente as construtoras.

O que houve, nos últimos períodos, foi uma reorganização do orçamento, através de políticas públicas, para que “coubesse mais gente” (bancos e construtoras e, por outro lado, trabalhadores do campo e da cidade). Ou seja, houveram mudanças, mas não que mudassem a estrutura econômica e política do país, tanto que reformas estruturais não foram levadas adiante, tais como a reforma agrária,

reforma política, dos meios de comunicação, tributária. O abandono pelas reformas estruturais se constituiu como uma lacuna do pacto, do ponto de vista dos trabalhadores, pois ao não romper com o neoliberalismo abandonou-se o projeto político de poder (democrático popular).

Bastou a crise econômica de 2008 que afetou o capital em várias partes do mundo para que este “pacto de classe” mostrasse grandes sinais de desgaste: o capitalismo e a burguesia queriam mais. A crise econômica ajuda a compreender a panacéia do golpe de 2016 e as que seguiram-se, vamos discutir sobre ela a partir de agora.

Segundo ato: crise econômica mundial

Como discutido nas duas últimas edições da Cambota, o modo de produção capitalista passa por um momento de crise econômica. O estopim foi a crise imobiliária dos Estados Unidos em 2008, expandida para a União Européia em 2011, para a China e os Brics em 2013. Como resultado, aumento das desigualdades e mais precarização do trabalho.

Nos EUA, 15% da população vivem em condições abaixo da linha da pobreza, ou seja, cerca de 43 milhões de pessoas. A média da renda familiar

caiu 6% em 2014 em relação a 2007. Em 2013, a taxa de desemprego na Grécia e na Espanha, por exemplo, chegou a 27% e 26% respectivamente. A partir de 2013, a moeda russa (Rublo) acumulou uma desvalorização de 50% indicando para uma recessão e a China acumulou uma queda na taxa de crescimento de 7%.

Tal panorama impôs limites à expansão do capital no Brasil, pois diminuiu a quantidade exportada das commodities (produto em estado bruto, com pouco grau de transformação) e, por sua vez, houve diminuição do preço recebido por elas. Num país onde as commodities representam 65% do valor das exportações³, ao ocorrer uma queda nas vendas, o resultado incide diretamente na arrecadação do país e, de igual forma, nos lucros das grandes empresas que comercializam a produção.

Como a característica do Brasil é de dependência das exportações de commodities, pois possui um mercado interno pouco desenvolvido e concentrado⁴; quando os países compradores (centrais) vão bem, a tendência é que os países exportadores (periféricos) aproveitem a onda e acumulem alguns pontos de desenvolvimento. O problema agrava-se quando as economias centrais entram em recessão, diminuindo as importações; nesse caso, a propensão é que os periféricos sintam ainda mais o impacto.

Este era o cenário a partir de 2008: tentativas dos países centrais de se recuperarem da crise aumentando a exploração aos países periféricos. No momento de retração econômica, o “pacto de classes” construído no Brasil já não interessava mais à burguesia (principalmente a ligada ao mercado de exportação). Agora o que importa é diminuir os custos do trabalho e da produção internamente, visando garantir seus lucros.

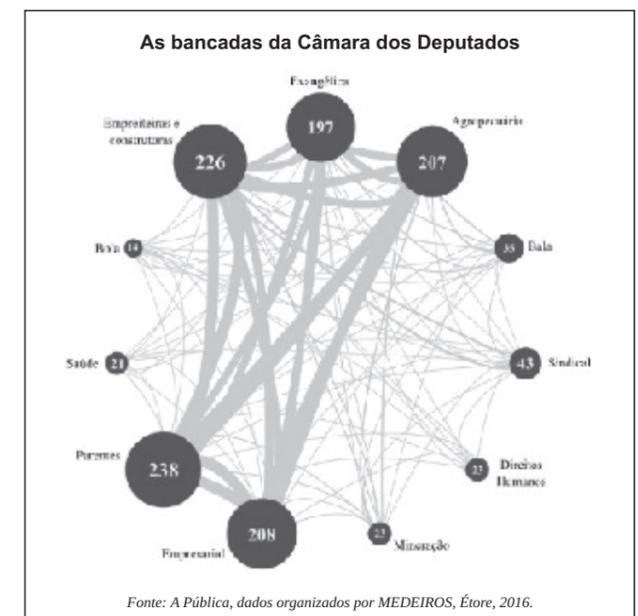
Terceiro ato: as eleições de 2014

O terceiro ato importante para a análise do momento que vivemos são as eleições de 2014. Nelas houve, na disputa presidencial, a polarização entre o candidato Aécio Neves e Dilma Rousseff, que saiu vencedora com uma pequena margem de votos. Essa pequena margem já dava indícios da grande disputa que se seguiria nos próximos dois anos. Sobre as eleições dois pontos são importantes. O primeiro refere-se ao fato de que a eleição de 2014 foi a mais cara da história brasileira. Foram gastos R\$ 5 bilhões, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo as grandes empresas as maiores doadoras, tais como a JBS (R\$ 391 milhões), a Odebrecht (R\$ 111 milhões), o Bradesco (R\$ 100 milhões), Andrade e Gutierrez (R\$ 86 milhões),

OAS (R\$ 80 milhões), Vale (R\$ 78 milhões) e a Queiroz Galvão (R\$ 75 milhões).

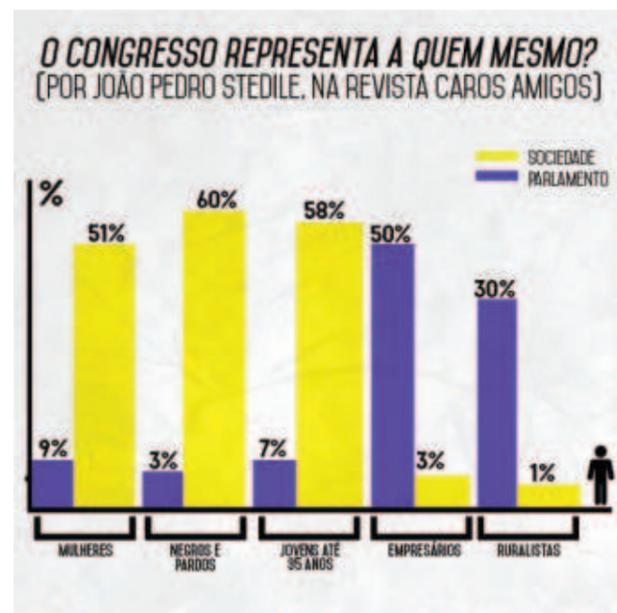


Por um lado, a partir do financiamento milionário, as grandes empresas controlam a sociedade política, os deputados e senadores eleitos são representantes destas empresas, basta olharmos a composição das bancadas na Câmara de Deputados (Imagem 1). Por outro lado, a disputa eleitoral torna-se desigual para aqueles partidos que não aceitam/recebem doação das grandes empresas. Nesse cenário, a correlação de forças torna-se ainda mais desfavorável para os trabalhadores, que passam a ter conquistas ainda mais ameaçadas a partir de 2014.



³ Para mais, consultar: CASTRO, José Roberto. As commodities e seu impacto na economia do Brasil. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/03/31/As-commodities-e-seu-impacto-na-economia-do-Brasil>, acesso em 02/08/2017.
⁴ No Brasil, 1% mais rico detém 27% da renda, para mais, consultar: <https://www.cartacapital.com.br/economia/brasil-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo>, acesso em 01/08/2017.

As maiores bancadas eleitas em 2014 são ligadas a entidades patronais (FIESP, CNI ou ao agronegócio), caso da bancada das empreiteiras (226 deputados), a empresarial (208 deputados), a agropecuária (207 deputados) e a evangélica (196 deputados). Do total de 513 deputados, 238 possuem relações de parentesco com outros políticos, evidenciando que há anos são os mesmo grupos/famílias que controlam as decisões políticas. Tais bancadas põem em andamento diversos projetos de lei que afetam diretamente nossa vida enquanto classe trabalhadora: fragilizam o estatuto do desarmamento, buscam retirar a discussão de gênero das escolas, propõem projetos que ferem as liberdades democráticas e os debates nas escolas (escola sem partido), tentam revisar o código do trabalho escravo que pune e decreta a desapropriação, para fins de reforma agrária, de fazendas com trabalho escravo.



O segundo ponto importante que marcou a eleição de 2014 e que é um reflexo desta correlação de forças e das tentativas de manter a “governabilidade” é a composição dos Ministérios privilegiando a bancada ruralista (Kátia Abreu, da Agricultura) e as ligadas a bancos (Joaquim Levy, da Fazenda).

A proposta de Joaquim Levy, ex-diretor da administradora de investimentos Bradesco Asset Management, de 2010 a 2014 e atual diretor financeiro do Banco Mundial, era clara: cortes de investimentos do Estado, revisão de programas sociais e de reformas, tudo para garantir pagamentos de dívidas com o “mercado” (bancos) e “facilitar a vida dos

empresários”⁵. Com essas medidas, seu ajuste fiscal puniu muito os trabalhadores que deixaram de apoiar o governo.

Quando a imprensa percebeu que o governo estava desgastado com o “mercado” e, principalmente, com o povo, passou a chamar manifestações de rua com o intuito de enfraquecer ainda mais o governo e inserir pautas de direita nas manifestações. Soma-se o apoio das entidades patronais que passaram a incorporar o chamado pelo golpe. As federações patronais, principalmente as de São Paulo, Rio de Janeiro e do Paraná fizeram várias visitas aos deputados em Brasília para convencê-los de que o Brasil precisava do Impeachment. A federação de São Paulo, sediada na Avenida Paulista, tornou-se ainda ponto das manifestações favoráveis ao golpe.⁶

Dado o golpe, passam a implementar uma série de políticas como o intuito de re-estruturar o Estado, forjadas no discurso de que o Brasil voltaria a crescer e transmitir confiança ao mercado. Para tanto, o governo passa a organizar e a propor uma série de (contra) reformas que visam diminuir o custo do trabalho no Brasil. Se o golpe é a principal panacéia, as (contra) reformas propostas têm o mesmo sentido: vender uma ideia de que elas são necessárias para a economia do Brasil e que, a partir delas, o Brasil “sai da crise”, “entra nos trilhos”. Mas nestes trilhos, o trem está vindo em nossa direção, para cima de nós trabalhadores, atropelando-nos e rumando para lugares onde poderá ser saqueado facilmente pelos bancos e empresas multinacionais.



A primeira reforma, uma das principais, foi a Proposta de Emenda Constitucional 241 (a PEC dos gastos), que representou o congelamento dos investimentos públicos em educação, saúde, agricultura e etc. por 20 anos (o máximo do aumento



nos investimentos obrigatórios por lei – educação e saúde – será o da inflação). Relatórios e projeções de organizações especializadas em orçamento público, como a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (COFF) apontam que, até 2025, os investimentos em educação terão R\$ 46 bilhões a menos do que teriam sem a PEC. Como justificativa para a aprovação desta, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, informou que o Brasil havia “gasto” demais em educação e saúde, e que isso havia gerado um descontrole das contas públicas.

É importante destacar que os investimentos em educação e saúde (não são “gastos”), não passaram, somados, de 7% do orçamento federal, estando muito longe de ser um “gasto descontrolado”; pelo contrário, reflete o baixo investimento em áreas tão importantes para a população. Em recente entrevista concedida à Carta Capital, Ronald Ferreira dos Santos, presidente do Conselho Nacional da Saúde, expôs as preocupações com os investimentos no SUS. Segundo ele, com a PEC, cairá de 3,8% para 1% do orçamento, “ferindo de morte” o SUS.⁷ Esta PEC é um claro indício da precarização e desmonte do Estado e dos serviços públicos, principalmente aqueles voltados para os trabalhadores.

A segunda reforma estrutural para o capital é a reforma trabalhista que, a partir de novembro,

define novos parâmetros para a contratação de trabalhadores. A terceirização já havia sido aprovada e já virou lei, o que é um problema para os trabalhadores, pois, segundo levantamento do DIEESE, as condições de trabalho de terceirizados possuem 7% a mais horas e, por outro lado, uma remuneração 24% menor, sem contar que permanecem a metade do tempo no serviço em relação a outro trabalhador com carteira assinada e amparado pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).⁸

Direitos históricos conquistados na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) estão sendo alterados e retirados. No total, são mais de cem pontos. Com tais mudanças, visa-se diminuir o custo do trabalho protegendo as empresas através de instrumentos legais que permitirão o aumento da exploração do trabalho.

Três pontos sobre a reforma trabalhista são preocupantes: 1) a partir da aprovação da reforma irão prevalecer os acordos entre trabalhadores e o empresário e não mais o que está na lei (irá prevalecer o negociado sobre o legislado). Este é um complicador, pois, principalmente em períodos de crise econômica e de desemprego, qual a força dos trabalhadores de negociar com os patrões? As negociações coletivas já ocorriam antes, porém, só eram permitidas negociações que não gerassem perda de direitos para os trabalhadores. Agora, toda e qualquer negociação pode ser feita. 2) Outro ponto alterado pela reforma reflete sobre a contratação de autônomos, categoria que não possui muita estrutura constitucional de proteção. Até então, se o trabalhador contratado como prestador de serviço conseguisse comprovar judicialmente que era, na prática, trabalhador regular, o empresário deveria ressarcir-lo e pagar seu direitos (inclusive atrasados); a partir de agora, a contratação de autônomos afasta a qualidade de empregado, ou seja, o patrão não precisa pagar 13º, FGTS, férias ou licença maternidade. 3) Sobre a ampliação da jornada de trabalho que, até então, era de no máximo 9 horas diárias (não podendo ultrapassar 44 horas semanais), agora pode chegar a 12 horas, dependendo da negociação com o empresário. A grande questão é que os acidentes de trabalhos (graves ou não) acontecem, na grande maioria das vezes, durante as últimas horas de trabalho. Imaginem agora com a possibilidade de ter que trabalhar três horas a mais.

A terceira importante reforma que a sociedade política, liderada por Temer e Meireles, pretende garantir para empresariado é a reforma da previdência. Esta ainda é um desafio para o governo, pois

⁵ Para mais, consultar: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/04/politica/1441399950_475629.html

⁶ Para mais, consultar: MACIEL, Alice. Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment, 2017. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Politica/Como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/4/38547>. Acesso em 03 de ago. 2017.

⁷ Para mais, consultar: <https://www.cartacapital.com.br/revista/962/o-teto-de-gastos-vai-ferir-de-morte-o-sus>, acesso em 03/08/2017.

⁸ DIEESE. O mercado de trabalho formal brasileiro: resultado da RAIS 2013. Setembro de 2014, número 140.



ainda deve passar por votações no plenário da Câmara e do Senado e, em tese, é a de que a população mais discorda, deixando os deputados e senadores mais temerosos com a possível repercussão negativa de sua aprovação. Para tanto, Temer convocou diversas reuniões e encontros com sua base aliada para pressionar a aprovação da reforma. Em síntese, a reforma da previdência proposta eleva o tempo de contribuição e de trabalho para níveis muito difíceis de alcançar.

No caso dos agricultores, a proposta é que haja uma contribuição mensal (com base numa alíquota a ser definida, mas, a princípio, estaria entre 5 e 10% de um salário mínimo). Um exemplo, partindo da alíquota de 10%: uma família de agricultores com 4 pessoas (pai, mãe e dois filhos/as) terão que pagar, individual e mensalmente, por 25 anos, R\$ 93,70 (10% do salário mínimo de R\$ 937), isso daria um montante familiar de R\$ 374,80 por mês ou R\$ 4.497,60 por ano. Com essa contribuição, os

quatro agricultores poderão se aposentar com 60 anos (homens) e 57 anos (mulheres) e terão direito a um salário mínimo, desde que tenham contribuído os 15 anos mínimos. Esta regra, principalmente a exigência de cobrar individual e mensalmente, representa um retrocesso para agricultores familiares de todo o país.

No caso dos trabalhadores urbanos, a proposta é que a idade mínima para os homens seja de 65 anos e de 62 anos para as mulheres, sem possibilidade de aposentadoria exclusivamente por tempo de serviço, ou seja, para se aposentar, obrigatoriamente, os trabalhadores terão que contribuir no mínimo por 25 anos. Segundo estudos, oito em cada dez brasileiros que se aposentaram com 65 anos não possuíam 25 anos de contribuição para o INSS. Isso significa que, com a proposta de reforma que está em andamento, 80% da população terá que continuar trabalhando mesmo tendo 65 anos.⁹

Essas reformas, aprofundadas a partir do

golpe de 2016, visam fazer uma profunda reestruturação do Estado. Tem como objetivo destruir os serviços públicos que atendiam minimamente a população trabalhadora e mais pobre transferindo os recursos (a mais valia social) para as elites do país. Mas, mesmo tendo a maioria no Congresso e na Câmara, tais objetivos possuem limites e contradições. À classe trabalhadora resta explorar estes limites e buscar inviabilizar as reformas e o governo Temer.

Limites das panacéias e o que faremos?

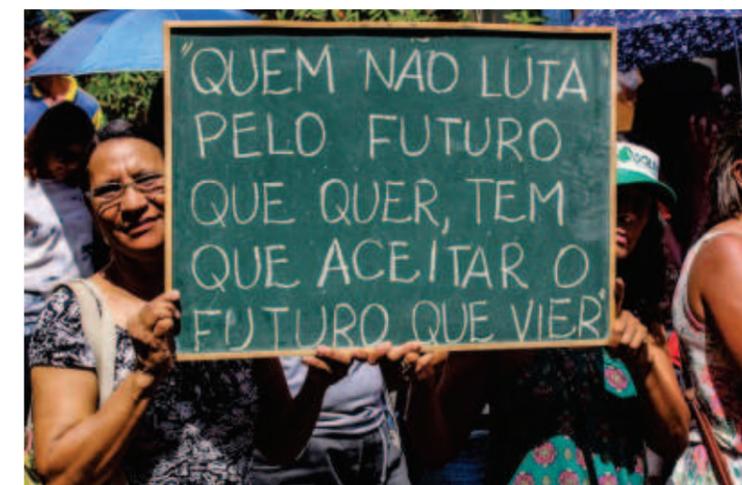
A maior parte da população percebe, hoje, que a panacéia do golpe não foi só contra Dilma Rousseff, mas representou um ataque voraz aos direitos trabalhistas, previdenciários e, inclusive, o de se manifestar. Basta ver o aumento da onda de criminalização e mortes que aconteceram nos últimos meses contra quem ousou se rebelar contra os usurpadores.

Implantar um plano recessivo no que diz respeito à participação do Estado nas políticas públicas e, do mesmo modo, destruir/rever o embrionário “capitalismo de Estado”, colocam os diversos segmentos em confronto. Destruir o bloco histórico de “centro esquerda” exige atingir as articulações com as cadeias produtivas (petróleo, construção civil, carnes). É arriscado fazer isso, muitos setores golpistas foram e serão atingidos, como o caso da Odebrecht e, mais recente, da JBS.

Outro limite da panacéia do golpe e das reformas é o fato de que, sob a justificativa de cortar gastos, o governo federal operou uma série de cortes orçamentários que atingem a população. Por outro lado, perdoou várias dívidas de grandes empresas ou de latifundiários, tais como as do Banco Itaú (R\$ 25 bilhões)¹⁰ e as dos ruralistas (R\$ 8,6 bilhões). Apenas três iniciativas de um “pacote de bondades” recente que visou agradar os deputados e senadores - a liberação de emendas, o refinanciamento de dívidas

de produtores rurais e o aumento dos royalties da mineração - somam uma conta de R\$ 13,2 bilhões. Esta conta serviu para que Temer barrasse a abertura de investigação de seu governo, acusado por corrupção, colocando-a na lata do lixo e permanecendo mais tempo no governo para, desta forma, garantir as reformas.

Para enfrentar os ataques vorazes aos nossos direitos, é importante que nós, trabalhadores, construamos ou fortaleçamos nossos instrumentos de luta (sindicatos, movimentos sociais, partidos, associações). É a partir destes instrumentos que poderemos enfrentar e barrar os ataques de Temer e da elite que só pensa em lucros.



Além de construirmos nossos instrumentos, é importante debatermos sobre nosso projeto de sociedade, afinal, o que colocar no lugar do que está aí? É fundamental pensarmos numa reforma política que acabe com o financiamento privado, mas também é importante que aumentem as possibilidades de participação da população na vida política. Temos que ser mais ouvidos. É necessário pensarmos uma política econômica que gere empregos e garanta direitos. É de igual modo importante pensar uma reforma da previdência que cobre as dívidas bilionárias que as grandes empresas possuem com a seguridade social. Assim como pensar uma reforma tributária que taxe as grandes fortunas, as grandes heranças e as grandes propriedades.

Para conseguirmos fortalecer nossos instrumentos e construirmos nosso projeto político e econômico é importante fazermos formação política e trabalho de base. É fundamental fazermos o enfrentamento as (des)informações que a grande mídia coloca todo o dia na nossa cabeça. O objetivo deles é manter o poder, o nosso é construir uma sociedade mais justa!



⁹ Para mais, consultar: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/1858004-exigencia-de-25-anos-de-contribuicao-pegaria-79-de-aposentados-por-idade.shtml>, acesso em 07/08/2017.
¹⁰ Para mais, consultar: <https://www.poder360.com.br/economia/apos-perdao-de-r-25-bilhoes-itaui-tem-lucro-1964-maior-no-1o-trimestre/> e aqui: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/08/03/apos-anistia-de-r-86-bilhoes-23-da-bancada-ruralista-vota-a-favor-de-temer.htm>.

14ª Festa Regional das Sementes



FESTA DAS SEMENTES

ALINE SANTOS DE OLIVEIRA
EMILY K. RODRIGUES E ELISÂNGELA B. LOSS

Semeando Biodiversidade, Colhendo Comida Saudável para o Campo e Cidade



A Festa das Sementes, realizada no mês de julho, no município de Verê, está em sua 14ª edição, articulada pelo Fórum Regional das Organizações e Movimentos dos Trabalhadores do Campo e da Cidade, com a participação de 900 pessoas, com momentos de discussão política e construção de um projeto popular com o tema: “Semeando biodiversidade, colhendo comida saudável para o campo e cidade”. O Engenheiro Agrônomo Laércio Meirelles fez longa exposição sobre a temática. Dessa forma, a festa torna-se ferramenta de resistência, de defesa, multiplicação e partilha das sementes, contribuindo para a soberania dos agricultores.

No decorrer da organização da 14ª Festa, esta resistência expressa-se não só no trabalho dos agricultores e agricultoras, camponeses e camponesas e suas organizações, mas avança no trabalho com as escolas do campo, sensibilizando as crianças e jovens para a proteção e preservação das sementes articuladas a outra prática de agricultura, a agroecologia. Neste ano, em parceria com a secretarias municipais de educação e agricultura de Verê, houve o envolvimento das 4 escolas, das quais 3 estão sediadas no campo. Foram promovidas atividades, anteriormente à festa, com a confecção de mandalas e paródias a partir do tema gerador “sementes”.

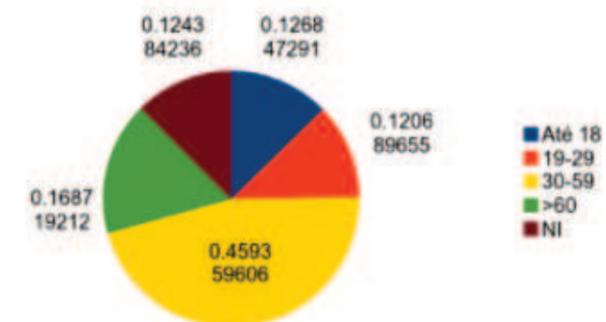


Perfil dos participantes da 14ª Festas das Sementes

O processo de credenciamento permitiu identificar o perfil dos participantes e analisar o público envolvido atualmente na difusão de espécies crioulas e quais os possíveis impactos dessa participação no futuro da agricultura familiar.

Analisando a faixa etária, é possível perceber que o público entre 30 a 59 anos representa quase 45,9% do total de participantes. Concomitante, o público jovem corresponde a cerca de 12,7%. Esses dados evidenciam a atuação ativa de agricultores mais experientes, em contraponto ao interesse limitado da juventude pelo campo, a qual, pela falta de incentivo, abandona o meio rural ou prefere aderir ao sistema convencional de obtenção de sementes. Por outro lado, vale ressaltar a significativa participação da velha guarda, com mais de 60 anos, correspondendo a 17% do total de participantes.

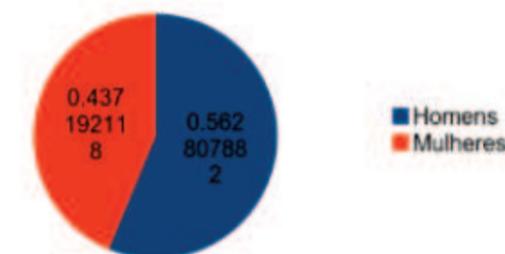
Faixa Etária dos participantes da Festa das Sementes 2017



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Em relação ao gênero, a Festa das Sementes de 2017 contou com a participação majoritária de homens, correspondendo a 56,26% dos participantes.

Participação de Homens e Mulheres na Festa das Sementes 2017



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

O momento mais esperado da festa, a Partilha, aconteceu após a benção das sementes pelo Bispo Dom Edgar, que destacou a importância da sementes na produção de alimentos saudáveis. A partilha demonstrou o interesse das famílias no resgate de sua cultura e a necessidade de ampliar a produção de alimentos “limpos”.

Durante o evento, foi elaborada e aprovada em plenária, a II CARTA DA FESTA DAS SEMENTES, com análises de conjuntura atual, o posicionamento e as reivindicações dos trabalhadores e

trabalhadoras do campo e da cidade quanto ao cenário que aponta para a perda dos seus direitos e o ataque ofensivo à biodiversidade.

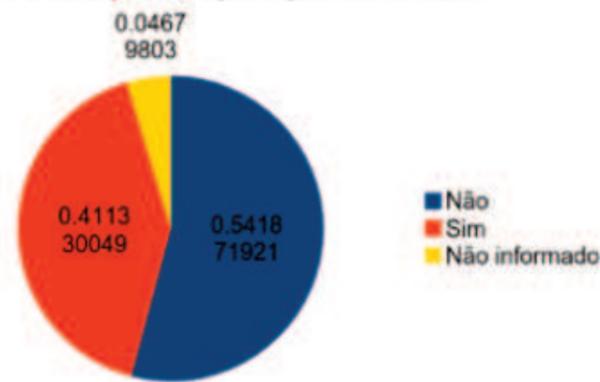
Portanto, a cada festa das sementes busca-se reanimar a luta em prol da biodiversidade, através da manifestação popular da região Sudoeste e de outras regiões do Paraná que têm, nesse momento, um espaço de expressão e denúncia, e também a organização da construção dos rumos da sociedade, que, a partir da preservação e troca de sementes, defende a agroecologia como projeto produtivo, como parte do Projeto Popular para o Brasil.



II CARTA DA FESTA DAS SEMENTES

Quanto ao público, 54,19% dos participantes já compareceram a edições anteriores da Festa das Sementes, o que demonstra a consolidação e fidelização de grande parte do público ao evento. A maior parte dos constituintes inéditos correspondeu ao público urbano da cidade sede do evento. Entre as cidades mais próximas, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Ampére e Capanema corresponderam aos municípios com maior número de representantes.

Participantes pela primeira vez



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

A maioria dos participantes provém das cidades do Sudoeste, contabilizando 30 municípios. Também por ter-se tornado uma festa de referência, atraiu visitantes de outras regiões do Estado e de Santa Catarina, totalizando mais de 50 municípios. Tamaña participação contribui para o fortalecimento do evento e da conscientização da disseminação de sementes de boa procedência, em contrapartida à dependência exigida pelo modelo convencional do agronegócio.

A Festa das Sementes consolida-se, ano após ano, como ferramenta política e social em prol da manutenção da biodiversidade genética, além do fortalecimento da agricultura familiar como agente de disseminação e da independência produtiva. É de fundamental importância o apoio das entidades e organizações locais na manutenção do evento, afim de que o agricultor sintá-se, de fato, fazendo a diferença no cenário agrícola e político em que está inserido, além de incentivar o público jovem a fazer parte deste movimento.



O Brasil passa por um contexto de grandes transformações, tanto políticas como econômicas. Tem como “pano de fundo” as disputas entre os capitalistas para saírem da crise econômica que criaram em 2008, para isso, cortam direitos dos trabalhadores visando aumentar a exploração do trabalho, avançam sobre os recursos naturais, utilizam da repressão e da criminalização e desrespeitam a democracia. O golpe sofrido pela democracia brasileira materializa-se de forma mais dramática na vida da classe trabalhadora, seja ela do campo e/ou da cidade.

Está em curso uma série de iniciativas de precarização da legislação trabalhista, previdenciária e congelamento dos investimentos públicos por 20 anos. Isso implica diretamente na diminuição dos recursos para os programas sociais e maior burocratização para o acesso ao que ainda resta. É um desmonte completo das políticas do Estado que possibilitavam uma pequena distribuição de renda!

Como consequência desse processo e como projeto de Estado há a valorização da produção para a exportação (commodities) com políticas de fortalecimento do agronegócio e diminuição da base alimentar e de suas políticas públicas, tais como os cortes nos recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do mesmo modo retiram o poder da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no que tange à fiscalização do uso de agrotóxicos e da realização da reforma agrária. Assim como a falta de investimento nas políticas de incentivo à produção orgânica e de produção de sementes, como no Plano Nacional de Produção Orgânica (PLANAPO) e há o desmonte das políticas de controle e redução do uso de agrotóxicos como o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA). Ou seja, este processo caracteriza-se como um desmonte do Estado.

Essas ações de fortalecimento do agronegócio, a partir da matriz produtiva baseada em agroquímicos e mecanização como foco na exportação traz sérias consequências à biodiversidade, à saúde e aumenta a concentra-

ção de terras gerando êxodo rural, desigualdades e violência no campo. Além disso, o fechamento de escolas do campo e das Casas Familiares Rurais restringem o acesso à educação das populações camponesas, indígenas e quilombolas. Com a Medida Provisória 759 buscam permitir a venda de terras para estrangeiros e regularizar áreas de terras griladas sob domínio do agronegócio. Tais medidas afetam diretamente as políticas de reforma agrária, a soberania nacional e os projetos de produção de alimentos.

Além de o agronegócio avançar sobre os recursos naturais, avança sobre as matrizes energéticas a exemplo do que ocorre com a extração do gás de xisto pelo método de fraturamento hidráulico (Fracking) e construção de hidrelétricas que poluem e expulsam pessoas do campo.

Diante dessa conjuntura, é necessária a construção de lutas unificadas para barrar tais retrocessos para a classe trabalhadora como também é importante construirmos um projeto popular de resistência que consista na geração de empregos, distribuição de renda e produção de alimentos saudáveis com base na agroecologia e na agricultura familiar e camponesa. Agricultura familiar foi responsável por empregar 74% dos trabalhadores rurais e por produzir 70% dos alimentos consumidos no Brasil em 2015. Assim, é fundamental construirmos nossos instrumentos de luta a partir da formação política e dos trabalhos de base.

Como alternativa na construção de um projeto de desenvolvimento que possibilite a aproximação dos trabalhadores do campo e da cidade, o Fórum Regional das Organizações e Movimentos Populares do Campo e da Cidade discutem e constroem a Plataforma da Comida Saudável, que alia produção e distribuição de alimentos com formação e organização política como estratégia regional frente ao modelo do capital.

É fundamental o fortalecimento da luta pelo Plano Popular de Emergência como proposta alternativa ao Brasil, pois aponta para a necessária democratização do Estado e da maior participação popular nas decisões políticas e econômicas do país; que se democratize o acesso a informações; retome a reforma agrária e urbana desapropriando áreas com dívidas irregulares com a União e/ou com trabalho escravo; revogue a Emenda Constitucional que impõe um teto de investimentos do Estado; adote

políticas de desenvolvimento, emprego e de distribuição de renda garantido direitos sociais e trabalhistas.

A Festa das Sementes constitui-se, há mais de 14 anos, como um espaço de articulação dos trabalhadores do campo e da cidade, de discussão política e construção de um projeto popular. Torna-se ferramenta de resistência, de defesa, multiplicação e partilha das sementes contribuindo para a soberania dos trabalhadores. O volume de experiências presentes no encontro permite afirmar a capacidade da agroecologia e da agricultura familiar e camponesa de serem parte da resposta a problemas graves por que os trabalhadores e o planeta passam, tais como: a fome, a pobreza. Para tanto são fundamentais a construção de políticas públicas para pesquisas, para a produção, para os meios de comercialização e que possibilitem a formação técnica e política para a classe trabalhadora do campo e da cidade, entre o eles os agricultores familiares.

Os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade presentes na XIV Festa Regional das Sementes dirigem-se, por meio desta carta, à sociedade brasileira e à sociedade política para manifestar profunda preocupação e indignação com os retrocessos de direitos garantidos pela Constituição e reivindicam políticas públicas para produção e distribuição de alimentos saudáveis como direito de todos.

20 de julho de 2017 - Verê - PR.

Fórum Regional das Organizações e Movimentos Populares do Campo e da Cidade





Trajетória histórica da Agroecologia:

10º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia

A Assesoar, desde seu início, trabalha com a perspectiva da produção de alimentos que gere autonomia, preserve o meio ambiente e promova a saúde. Busca articular-se e somar-se a outras organizações e movimentos, no fortalecimento desta forma de produção e expressá-la socialmente como o ocorrido no 10º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia - EARE.

Para chegarmos até o momento de realização do Encontro Ampliado, é necessário conhecermos a trajetória histórica da agroecologia na região Sudoeste do Paraná e Sul do Brasil, visto que a região Sudoeste, através da Assesoar, na década de 1980, soma-se à Rede de Tecnologias Alternativas da região Sul, debatendo a produção, a organização das famílias e denunciando o modelo da Revolução Verde.

Por volta de 1998, seguindo a diretriz geral das organizações parceiras da região Sul e de todo o Brasil - que passam a adotar a terminologia “produção orgânica” para denominar os processos produtivos com base na não utilização de insumos químicos altamente solúveis e agrotóxicos bem como a organização e conscientização dos agricultores em relação à proteção e preservação ambiental - a Assesoar começa a organizar e animar o processo de discussão através do Projeto de Produção Orgânica. Este projeto possuía três subprojetos, a organização dos agricultores em cooperativas, elaborar e executar um programa de Formação em Produção Orgânica, capacitando esses agricultores nas áreas de tecnologias, educação ambiental, gestão e comercialização. O terceiro subprojeto era a certificação do produto, identificando-se os produtos orgânicos produzidos pela Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná. Acessaria o selo de certificação somente quem produzisse dentro das normas e padrões internacionais de produção orgânica

estipulada pela IFOAM (Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Biológica).

No dia 14 de outubro de 1998, foi realizada, no Espaço da Arte de Fco. Beltrão, uma peça de teatro. Agricultoras e agricultores nele se reuniram para prestigiar o evento que representava o lançamento do Projeto Regional de Produção Orgânica. Pretendia-se tornar a produção orgânica um projeto de vida que, além do ganho econômico, traria um acúmulo de conhecimento avançando para novas formas de produção e também comercialização desses produtos. No mesmo dia, foi lançado o selo de produção orgânica.



Nos anos que se seguiram, o termo produção orgânica tornou-se cada vez mais apropriado pelo capital, sendo utilizado de forma a não respeitar seus princípios. Hoje, as organizações e movimentos populares adotam o termo agroecologia, pois ele responde politicamente a suas concepções produtivas. Dessa forma, estabelecendo uma nova relação entre natureza e sociedade, produtores consumidores e entidades abraçam a causa da agroecologia como um princípio de vida.

A Assesoar, entre os anos de 1998 a 2000, trabalhou na proposta de tornar-se a certificadora de produtos ecológicos/orgânicos da região assim como, no Sudoeste paranaense, vinha crescendo a demanda de certificação participativa nas demais regiões do Sul do país, o que previa a ampliação da produção e consumo desses produtos. A partir de 1998, um conjunto de organizações de agricultores familiares e entidades dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul criaram a Rede Ecovida de Agroecologia, um espaço de

articulação entre os participantes, do qual a Assesoar faz parte, através do Núcleo Regional Sudoeste do PR, criado em outubro de 2001.

Na dinâmica de organização da Rede, existem núcleos regionais nos três estados do Sul. Os espaços de diálogo entre os agricultores e agricultoras dá-se através dos núcleos, das plenárias estaduais e da Plenária de núcleos. Porém o espaço de maior visibilidade da Rede e do movimento agroecológico dá-se nos Encontros Ampliados da Rede Ecovida de Agroecologia – EARE.

O Encontro Ampliado é um evento em que integrantes de diferentes núcleos são convidados a participar de amplo debate e troca de experiências, acontecendo a cada dois anos em um dos três estados da região Sul. Busca-se construir um espaço de articulação, interação e ação para fortalecer a agroecologia, desenvolvendo também um projeto de vida e de sociedade que respeite e contemple a realidade e identidade popular. Pode-se citar como algumas das ações da Rede Ecovida a articulação política para fortalecimento da agroecologia, a realização de parcerias com entidades e movimentos, a comercialização solidária, intercâmbios, a Certificação Participativa, entre outras.

No ano de 2017, aconteceu na cidade de Erechim, no Rio Grande do Sul, o 10º EARE, nos dias 21 a 23 de abril, com o tema: Cuidado, Cultura e Bem Viver: construindo caminhos. A Caravana do Núcleo Sudoeste contou com a participação de 48 pessoas representando a maior parte dos grupos ligados ao núcleo.

O Encontro contou com a participação de em torno de 1500 pessoas de todos os núcleos da rede, organizações parceiras de IAF e demais organizações parceiras da Rede Ecovida.

No primeiro dia houve a abertura oficial do encontro com a acolhida das caravanas e, posteriormente, a realização de oficinas. No segundo dia, na parte da manhã, houve duas palestras sobre aspectos relevantes da conjuntura nacional, conclamando os participantes a se mobilizarem. Também foi debatida a cultura da compaixão e não violência. Na parte da tarde ocorreram seminários. Já no terceiro dia, foram acolhidas as orientações dos seminários, a apresentação dos novos núcleos, pré-núcleos e a nova coordenação. O próximo Encontro Ampliado será realizado no Oeste Catarinense.

Não se pode considerar sustentável um mundo onde nossas ações são decididas por transnacionais, pelo agronegócio, pelos donos de latifúndios e pela monocultura, que exploram o trabalhador e o fazem de fantoche através da grande mídia, controlando e manipulando conforme seus interesses capitalistas. Além do aspecto ecológico, a



agroecologia também luta pelas dimensões sociopolíticas e culturais. Não é possível, na sociedade em que vivemos discutir sobre agroecologia sem debater sobre questões sociais, políticas, culturais e demais áreas afetadas pelo capital.

A agroecologia é uma ciência que resulta da interação entre o conhecimento científico e acadêmico com o conhecimento popular, histórico e tradicional; ela procura reestabelecer a relação de cooperação entre homem e natureza – que está se perdendo aos poucos - buscando sustentabilidade e harmonia entre os seres biológicos. O ser humano, à medida que se afasta de sua natureza, acaba deixando a vida ser dominada pela ciência, construindo uma relação de dependência dessa artificialização. Assim, a Rede Ecovida de Agroecologia leva a ideia de que tudo está inter-relacionado na natureza como uma teia: cada ação gera uma reação. No momento atual, as mudanças são de extrema urgência, os padrões de comportamento têm de ser modificados e fundamentados na ética da vida e não do capital.



FRACKING | ELISANGELA B. LOSS

Estão de olho no subsolo do Sudoeste do Paraná



Em meados de novembro de 2016, a população sudoestina deparou-se nas rodovias e estradas vicinais, com a presença caminhões vibradores, que possuem equipamentos especiais, os quais, através de ondas sonoras, penetram no subsolo. Essas ondas voltam para a superfície e geram imagens das rochas. Esses veículos foram contratados pela Agência Nacional de Petróleo de Gás (ANP) causaram curi-

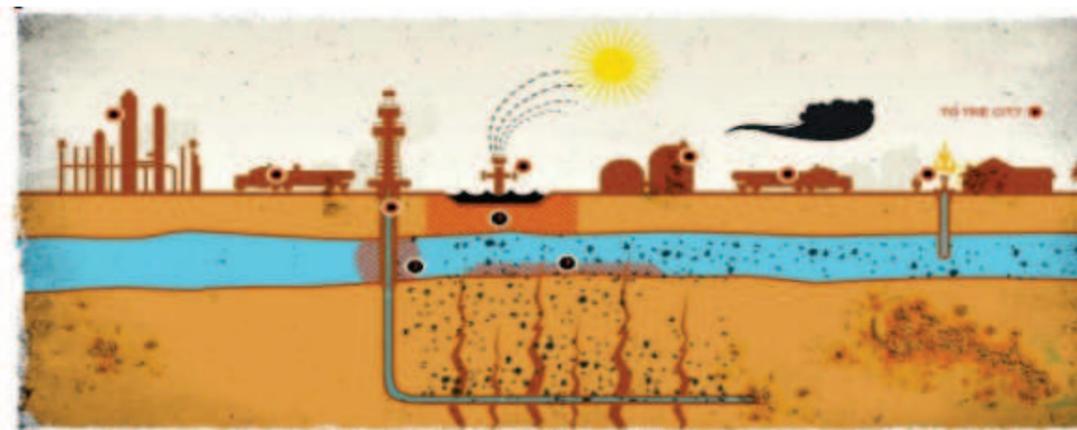
osidade e especulações na região. A justificativa da empresa Global Geophysical Services (Global Serviços Geofísicos), que se instalou em Dois Vizinhos, é a realização de uma pesquisa sísmica na Bacia Sedimentar do Paraná, para levantamento de dados geológicos e geofísicos do subsolo da região.

Organizações da agricultura familiar e gestores públicos, inquietos quanto à justificativa apontada pela ANP, buscaram informações na região Oeste do Estado, onde já ocorreu a pesquisa e a mobilização da população para maiores esclarecimentos. E mesmo a ANP afirmando junto à imprensa que o estudo não tem qualquer ligação com o gás não convencional (gás de xisto), em contatos realizados e documentos analisados, pode-se constatar que existe e é eminente a possibilidade de

haver reservas de gás de xisto, e que pela sua localização, pode ser extraída pelo método do fracking.

O que é fracking?

O fracking, também conhecido como fraturamento hidráulico, é utilizado para realizar perfurações e extração de gás, o chamado gás xisto, ou gás de folhelho. As formações desse carvão metano (folhelho) variam de 137 metros à 3.200 metros de profundidade. A diferença entre essa técnica (não-convencional) e a perfuração convencional é que ela consegue acessar as rochas sedimentares de folhelho no subsolo e, consequentemente, explorar reservatórios que antes era impossível atingir.



Fonte: Coesus, 2017.



Lagoa de depósito de resíduos do fraturamento hidráulico do Gás de Xisto.

Esse método consiste na perfuração de poços através de uma tubulação instalada, é injetada, de forma comprimida, uma mistura de imensa quantidade de água e cerca de 600 produtos químicos usados como solventes com potencial cancerígeno. A grande pressão provoca explosões que fragmentam a rocha. Para que o buraco não se feche novamente, são injetadas enormes quantidades de areia que, supostamente, evitam que o terreno ceda ao mesmo tempo em que permite, por sua porosidade, a migração do gás a ser extraído. O processo

pode criar novos caminhos para a liberação de gás ou pode ser usado para ampliar os canais existentes.

Alguns estudos têm mostrado que mais de 90% de fluidos do *fracking* podem permanecer no subsolo. A percentagem de fluidos usados no fraturamento que retornam à superfície, normalmente são armazenados em lagoas abertas ou tanques no local do poço antes da eliminação, gerando assim contaminação do solo, ar e lençóis de água subterrânea.

Quais são os danos ambientais possíveis com a utilização do *fracking*?

Em nenhum momento a ANP ou as empresas que realizaram pesquisa e extração no Brasil, têm feito estudos relacionados aos impactos ambientais, porém diversos alertas emitidos por organizações ambientalistas e dos direitos humanos como a Coesus e 350.org, que atuam no mundo e também é parceria das organizações do Sudoeste do Paraná. Os alertas baseados nas experiências da utilização deste método em outros países e regiões, como na Pensilvânia, no EUA e Patagônia, na Argentina, apresentam danos catastróficos e irreversíveis, como:

1 - Mudanças Climáticas

Ao invés de discutirmos a matriz energética do país e avançar em possibilidades de produção de energia limpa e renováveis, continuamos a debater a implantação de usinas hidrelétricas, termoelétricas, que utilizam o gás de xisto como combustível para a produção de energia. Estas geram inúmeros impactos ambientais e desabrigam milhões de seres vivos, pelo efeito direto ou indireto como as mudanças climáticas, visto que o processo de exploração do *fracking* emite metano, gás com 25 vezes mais potente que o CO₂, contribuindo cada vez mais para o agravamento do aquecimento global.

2- Consumo de Água

O *fracking* utiliza, no processo de exploração, enormes quantidades de água. Cada poço utiliza aproximadamente de 7,8 a 15,1

milhões de litros de água. Esta água deve ser transportada para o local de fraturamento, geralmente por via terrestre, e considerando que estamos no meio de uma crise hídrica no país, isso poderá agravar ainda mais a situação. Em West, Virginia (EUA), são injetados aproximadamente 19 milhões de litros de fluido em cada poço fraturado, e, de toda a água utilizada no fraturamento hidráulico, apenas 8% são fluidos que retornam para a superfície e ficam armazenados em lagoas abertas ou tanques no local do poço antes da eliminação, que se dá através da evaporação juntamente com a água, formando a chuva ácida.

3 - Contaminação da Água, solo, animais e plantas

Com esse método, a água é levada para os poços, misturada com areia e produtos químicos para criar fluido do *fracking*. Cerca de 151 mil litros de produtos químicos são usados por fraturamento. Até 600 produtos químicos são usados, incluindo substâncias cancerígenas e toxinas conhecidas, tais como urânio, mercúrio, metanol, rádio, ácido hidrocloreto, formaldeído e muitas outras. Todos esses produtos químicos, potencialmente cancerígenos, usados podem escapar e contaminar as águas subterrâneas em torno do local *fracking*. A indústria sugere que incidentes de poluição são os resultados de má prática, ao invés de uma técnica inerentemente arriscada.



Ao Sul e Sudeste do Brasil, parte da Argentina, Uruguai e Paraguai e conseqüentemente na região Sudoeste do Paraná, encontra-se uma das maiores reservas de água doce potável no lençol freático, o Aquífero Guarani, o qual está ameaçado por inúmeras práticas de exploração agrícolas e neste caso, pela exploração do gás de xisto através do *fracking*.

Nesse sentido, é certo o impacto sobre a agricultura, pela contaminação dos meios de produção (solo, água) e, principalmente, pela restrição de mercado para os produtos provindos das áreas com extração de gás pelo método *fracking*.

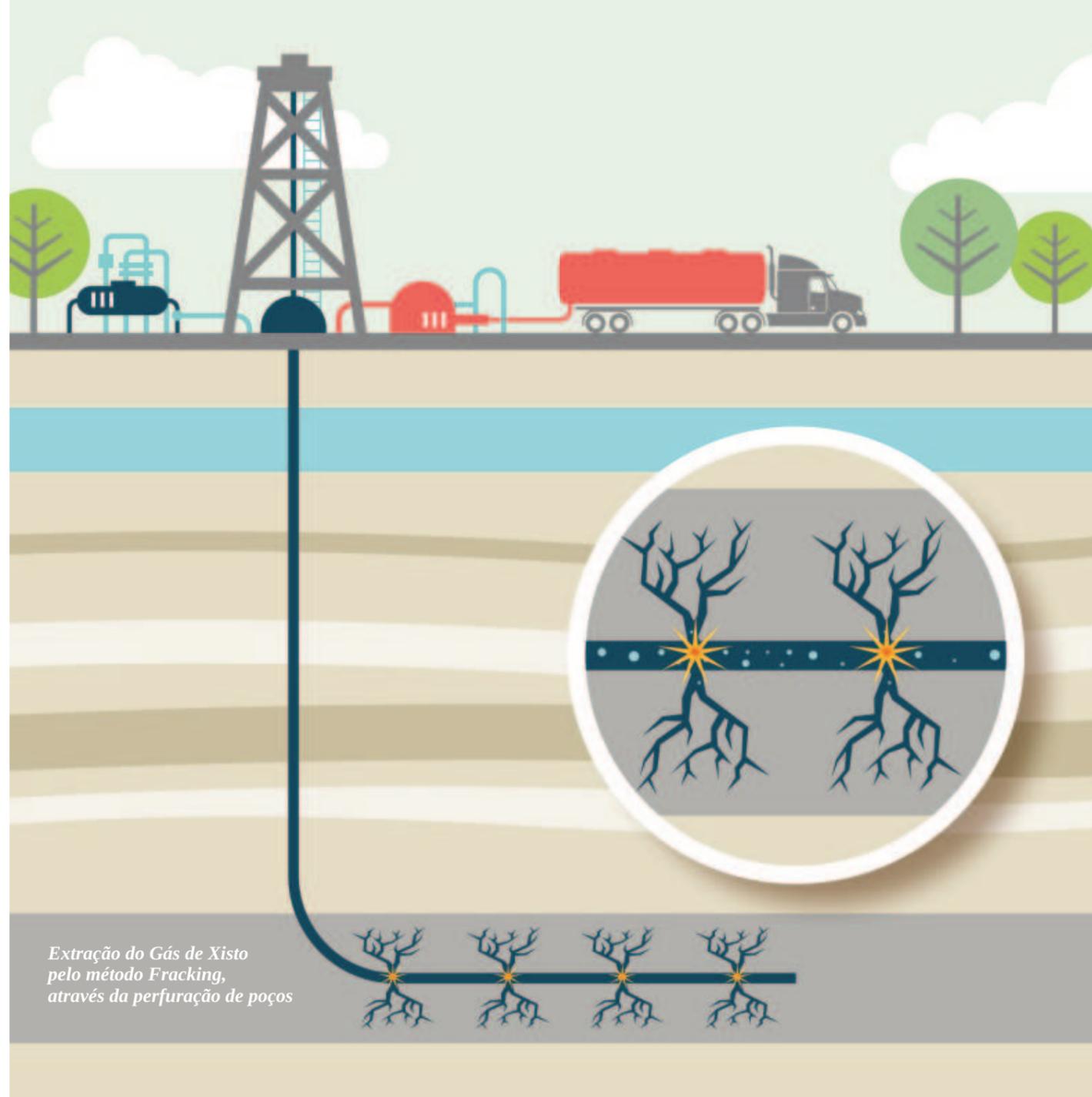
4 - Problemas de saúde à população

O que assusta neste método são os componentes químicos da mistura líquida injetada no subsolo. Muitos deles são tóxicos e, em alguns casos, as empresas não revelam quais substâncias empregam. Caso se trate de hidrocarbonetos aromáticos como o benzeno, que é cancerígeno, obviamente implica um perigo. Em pesquisas publicadas, em 2012, na revista *Endocrinology*, dentro do coquetel de substâncias, há 12 consideradas perturbadoras endócrinas, ou seja, que alteram o equilíbrio hormonal e estão associadas à infertilidade e a cânceres, entre outros problemas de saúde. Descobriram também que a atividade estrogênica, antiestrogênica e androgênica, por exemplo, era muito superior na região com muitos poços de *fracking*. Além de outros problemas neurológicos e cardíacos. Também há estudos que alertam para um número maior abortos, partos prematuros e má conformação congênita nos fetos.

5 - Rodada de leilões

A realização da pesquisa sísmica possibilita o levantamento das reservas de gás e ajuda a definir blocos/lotos que poderão ser ofertados nos próximos leilões.

Conforme documentação da Agência Nacional do Petróleo – ANP, a extração do gás de xisto será realizada e serão ofertados 240 blocos exploratórios terrestres no País, tendo sido leiloados 72 blocos, localizados em 6 bacias sedimentares brasileiras, sendo para todos esses blocos previsto, no Edital de Licitações, também a possibilidade de exercer atividades de exploração e produção em Recursos Não Convencionais – o *fracking*. No Estado do Paraná foram arrematados 11 blocos através de leilão, com área total de 32.365,06 Km², que corresponde a 16,23% do seu território e que atingem diretamente 122 municípios. Existem mais 3 blocos de leilões (14ª rodada) a serem realizado dia 27 de setembro de 2017, os quais incluem a



região Sudoeste do Paraná, colocando em risco a economia e, principalmente, a segurança alimentar e a saúde da população.

É preocupante o desconhecimento da sociedade local, que sequer sabia o que é, de fato, o fraturamento hidráulico, *fracking* ou Exploração e Produção em Recursos Não Convencionais. Há que se observar que atividades de exploração e produção de petróleo e gás não existem nas áreas arrematadas no Paraná, nem pelo processo convencional nem pelo não convencional. Somente após a arrematação dos blocos e a divulgação por alguns especialistas e pela imprensa, começou-se a constatar o quanto arriscada, impactante é a extração.

A Lei Estadual nº 18.947/2016, prevê a suspensão por dez anos, no Paraná, à exploração do gás de xisto por meio do fraturamento de rochas, o chamado método *fracking*. Mesmo com a vigência da Lei aprovada, a partir dos diversos estudos técnicos e notificações já efetuadas – inclusive por parte das mais respeitadas instituições públicas e privadas com atribuições na defesa do meio ambiente, as atividades do *fracking* poderão ser autorizadas e licenciadas, pois a arrematação de blocos exploratórios com possibilidade de *fracking* está prestes a acontecer no Sudoeste.

Assim, após a realização de um seminário de debate sobre os impactos do *fracking*, formou-se

uma coordenação regional composta pelo Fórum das Organizações e Movimentos do Campo e da Cidade, Grupo Gestor do Território do Sudoeste Paranaense, Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP, Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - ACAMSOP, Associação de Secretários Municipais de Agricultura - ASSEMA, entidades representativas de diversos setores da sociedade de região Sudoeste do Paraná e com a parceria da Coesus-Coalizão Não *Fracking* Brasil e a ONG 350.org, para a articulação de eventos de debate e divulgação dos impactos deste método bem como apoiar a elaboração de Leis Municipais, nos 42 municípios da região. Importante salientar que os municípios têm o poder de legislar somente sobre a superfície do solo e a concessão das licenças e alvarás, conforme os termos principais contidos no projeto de Lei abaixo:

- 1- proibição de autorização ou licença para as empresas extrair o gás de xisto;
- 2- proibição do tráfego de veículos automotores transportando equipamentos e produtos químicos e radioativos, nas vias públicas municipais, urbanas, rurais e vicinais e respectivas faixas de domínio.
- 3- proibição da queima de gases derivados da exploração;

Portanto, é urgente e imprescindível fortalecer a campanha Não *Fracking* Brasil, através da informação a toda sociedade para que se mobilize na aprovação das leis municipais e pressione as autoridades competentes para a tomada de providências em relação a aprovação de Lei Estadual e Federal, determinando a proibição das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural pela técnica de fraturamento hidráulico – *fracking* em nossas terras. Concluiu-se que é necessário e urgente buscar maior segurança jurídica e social, pois bens jurídicos relevantes e direitos fundamentais da pessoa humana – sobretudo a água, os alimentos, e a saúde – serão colocados em risco potencial e concreto com o *fracking* em nossas terras.

Bibliografia

Coesus -Coalizão Não *Fracking* Brasil: *Fracking*- Ameaça para o futuro do Brasil. 2017.Disponível em: www.naofrackingbrasil.com.br. Acesso em 25 de julho 2017.



Nesta edição queremos contar a você leitora e leitor a história da família Padilha Forlin, de Francisco Beltrão, composta por Circe Padilha Forlin, José Forlin e seu filho Luiz Antônio. Filhos de pequenos agricultores da comunidade de Rio Pedreiro e Volta Grande do Marrecas respectivamente, Circe e José casaram-se em 1993 e, desde o início, sonhavam em ficar no campo, com o sítio do pai da Circe, mas ele não abriu mão de continuar “comandando” o mesmo, situação que Circe e José não aceitam. Então, iniciaram a procura de uma terra para comprar.

No ano de 1994, adquiriram sua terra, Sítio Santo Antônio, na linha São Sebastião, comunidade de Nova Concórdia, em Francisco Beltrão, com as características que procuravam: fazer divisa com rio, nascentes de água, bastantes pinheiros e preservada. Nessa época, o casal morava na cidade; José trabalhava em um frigorífico e Circe na Comissão Regional de Mulheres. Ela acabou saindo da Comissão e indo morar sítio levando consigo os animais que, até então, estavam no sítio de seu pai (porcos, vacas de leite e junta de bois) e ficou morando sozinha de fevereiro a setembro. Nesse período, o frigorífico negou-se a dar a conta a José para que ele pudesse juntar-se a Circe no sítio, então, ele ficou morando na cidade.

Assim, Circe ficou três anos trabalhando no sítio Santo Antônio e, em 1997, voltou para a cidade e começou a trabalhar na prefeitura Municipal de Francisco Beltrão contratada como auxiliar de enfermagem. Já o José saiu do frigorífico e foi morar no sítio, onde ficou dois anos. Inverteu-se a situação: Circe ficou na cidade e José no sítio.

Em seguida, José passou a trabalhar e morar na cidade, então, contrataram um chacreiro para o sítio, porém não deu certo. A ideia da mudança da família para a cidade era no intuito de investir o salário para melhorar o sítio Santo Antônio, mas, sem a supervisão constante de José e Circe, as coisas não andaram muito bem, o que fez com que eles se desfizessem dos animais e abandonassem a produção.

Ao perceber que a situação não melhorava, José acabou voltando a morar no sítio; após isso, conseguiu um emprego, cujo horário de trabalho era de tarde e à noite, ficando as manhãs, as folgas, os sábados e domingos para trabalhar no sítio. Assim, a família passou a morar definitivamente na cidade, conciliando o trabalho na cidade com o do sítio.

O envolvimento do casal com as entidades (a organização das mulheres, o movimento sindical) fez com que a família tivesse consciência tal como por que produzir tanto com tanta destruição se, para a sobrevivência, necessitamos apenas melhorar a distribuição do alimento e da renda. A família afirma que um exemplo é a soja e o milho, que são plantadas em grandes extensões e é a principal produção brasileira. E, o que disso se come? “Se olharmos como está o nosso sítio, a quantidade de mandioca, batatas..., não vencemos comer tudo, vendemos, doamos, tem bastante produção” afirma Circe.

Ao falar sobre a grande quantidade de sementes que a família resgatou, José afirma que é curioso, que questiona bastante e conversa, e através disso conseguiu resgatar várias espécies. A família vêm de uma agricultura onde a lógica produtiva era de uma alimentação saudável, de qualidade, não transgênico, sem agrotóxico. Afirma ainda que seu pai “tinha a tradição de plantar com carinho e capricho, sem veneno. Nós sabemos que isso faz bem a saúde, faz bem para a natureza”.

“Esse amor vem pela natureza, se você não tiver amor no que faz, no que planta, no que se alimenta, não resolve”.(José)

A paixão pelo campo e pela natureza: o exemplo da família Padilha Forlin





Fruto da curiosidade e da vontade de produzir alimentos de qualidade, a família participou da Festa das Sementes de São Jorge, na qual resgatou o arroz, mandioca, amendoim e cana. Para além da Festa, outro espaço de resgate foi com agricultores e agricultoras de Francisco Beltrão, através do trabalho voltado para a produção de alimentos e para a saúde que a Circe desenvolveu na Secretaria de Desenvolvimento Rural onde, ao visitar as famílias trocou muitas sementes, “até sementes de flor, batata de dália, plantas medicinais que não conhecia, mas ouvia falar”.

Nessas andanças, conseguiram resgatar um pé de japecanga, que plantaram no sítio; sabiam que era remédio, pesquisaram e descobriram que ela pode ser utilizada para diferentes enfermidades. Nesse sentido, uma grande diversidade de plantas medicinais foram plantadas, outras nasceram no sítio e também são cultivadas em seu lote na cidade. José conta que plantou um pé de cipó milomem e, um dia, verificou que ele estava amarelo e não se desenvolvia. “Me deu uma tristeza tão grande que eu conversei com ele: mas o que é que está acontecendo vamos nascer de novo, coloquei água, ajeitei e hoje ele está a coisa mais linda”.

Vale ressaltar que temos uma grande erosão genética em nossa base alimentar, mas com relação às plantas medicinais ela ainda é maior. Perdeu-se o hábito de utilizá-las tanto na prevenção quanto na cura de enfermidades e também na alimentação; a sua não utilização tem provocado a extinção do seu cultivo nas hortas. Sabe-se que o conhecimento relacionado às plantas medicinais é milenar e, atualmente, há a compro-

vação científica de sua eficácia, porém não há políticas públicas claras e efetivas para tal.

Um dos benefícios de preservar e multiplicar sementes é ampliar as possibilidades produtivas e a base alimentar na unidade de produção e vida familiar- UPVF. Tal afirmação é confirmada pela família Padilha Forlin que diz: “quando vamos fazer o almoço no sítio, fazemos uma caminhada e recolhemos abóbora, mandioca, batata (não tem galinha porque não moramos lá), mas levamos um pedaço de frango ou suíno e está pronto, um pé de chicória... é muito bom! Os pés de chicória estão enormes... o repolho está começando a fechar a cabeça... Como é lindo observar. Por causa do inverno e da pouca luminosidade a couve-flor produziu cabeças pequenas, mas elas são muito saborosas.”

Famílias guardiãs de sementes, como José e Circe, têm um profundo respeito e uma relação muito próxima com a natureza. Reconhece-se isso ao perceber que as sementes que resgataram estão florescendo, sinal de produção de alimentos e mais sementes. “A maior alegria é chegar ao sítio e ver que o que eu trouxe está florescendo. Um exemplo, o maracujá não florescia, eu sempre conversava com ele: você vai ou não vai florescer, eu quero ver o resultado”.

Outro exemplo desta relação é observar os insetos causadores de danos. Sabe-se que boa parte das plantas espontâneas são o alimento para os insetos, assim, ao eliminá-las, estaremos eliminado a comida destes, então, eles irão para as plantas que estamos cultivando. Denominar as plantas espontâneas de “inços” é um erro que a agricultura convencional

imprimiu em nossas cabeças; elas, além de ser comida para os insetos, podem indicar e corrigem deficiências nutricionais ou erros de manejo.

José compreende bem esta relação e até brinca:

Há um tempo, eu estava passando veneno em uma lavoura de feijão e observei que tinha gafanhoto no pé de juá, que é uma planta doce, muitos gafanhotos, e eu percebi que onde passava o veneno, matava o juá. O juá é uma planta difícil de eliminar só com a roçada, pois ele rebrota. Dai eu fiz uma brincadeira: vamos combinar, eu não mato a comida de vocês, gafanhotos, mas vocês não comem meu feijão. Ou seja eu não apliquei agrotóxico, não eliminei o juá e os gafanhotos só se alimentaram dele eliminando-o e não causando dano na minha plantação de feijão. O bicho sabe o que é melhor pra ele. Se você mata tudo, ele vai atacar as plantas que você está querendo proteger, neste caso, era o feijão. Acompanhando a natureza, ela ensina muito para nós, hoje perdemos muito em conhecimento em não observá-la.

Outro mito a ser derrubado é que só a produtividade deve ser levada em conta na hora de implantar uma lavoura. Esta é uma questão bem delicada, pois aspectos relacionados a custos de produção, impactos ambientais, erosão genética e qualidade nutricional da produção não são observadas. Faz-se necessário mensurar todos os aspectos, inclusive a produtividade para que, ao final, possamos definir qual a forma mais adequada de produção, não tendo o econômico como único aspecto.

Plantamos 1,8 kg de feijão vagem branca, colhemos 65 kg, sem agrotóxico. Produziu bastante e com qualidade. São coisas em que acredito para minha vida e para a minha família. A natureza é a coisa mais importante e temos que trabalhar com ela e não contra ela, afirma José.

Lá no sítio tem vitória-régia no açude, agora está frio, vi que elas estão cheias de botões de flor. Estão todas assanhadas para aparecer. (José)



Para a família, a preservação das sementes é fundamental para manter o sistema alimentar. Assim, vê a Festa das Sementes como um espaço de extrema importância, inclusive com um impacto maior, um calendário nacional para preservar as sementes, pois temos guardiões e guardiãs de sementes em todo o país. “É um dia extremamente importante para mantermos as tradições e a cultura do campo. A partir do momento em que tudo é feito pelo viés comercial, perde-se esta característica da partilha, da doação, da preservação das sementes. A festa é um ponto de encontro, de conversa e precisa ser mantido para não perdermos nossos princípios, não só o comercial é válido, mas, sim, o viver, o comer com qualidade e a saúde são fundamentais,” afirma Circe.



Não quero transgênico ou híbrido dentro de minha UPVF, quero sim algo que promova a saúde e que para produzir não precise comprar a semente todos os anos. (José)

A família é enfática ao afirmar a importância no envolvimento de todos para que a festa aconteça. Nesse sentido, afirmam a necessidade de “maior empenho das pessoas, das entidades e dos movimentos, porque já perdemos muito na agricultura. Quem planta soja ou quem planta milho transgênico, não tem mais a produção de alimento nem para o consumo familiar, quem dirá a preservação de sementes.”

Uma ameaça constante é a produção de sementes transgênicas; portanto, faz-se necessário conscientizar a sociedade, especialmente a juventude, pois muitos não sabem como são cultivadas, e elas estão à disposição para o consumo nos mercados. Mesmo a presença do “T” na embalagem não significa que as pessoas compreendem o impacto para a saúde e o ambiente. “A sociedade não sabe que tais sementes, além de caras não permitem o plantio na safra seguinte. Por outro lado, o milho crioulo não gera dependência, pode ser plantado todo ano, é mais saboroso e não tem agrotóxico” afirma José.

É importante ressaltar que o transgênico foi desenvolvido a partir de sementes cultivadas por agricultoras e agricultores, há várias gerações. Com a expansão do cultivo de transgênicos e o fato de as espécies cruzarem-se entre si, estamos em ritmo acelerado de perda, principalmente de nossos milhos crioulos. José resalta que “outra preocupação é de que, na realidade, não sabemos o resultado e a reação do milho transgênico sobre a natureza e sobre os animais, inclusive o homem. Não sabemos se ele de fato dá sustento, nutre as pessoas, há várias afirmações de cientistas de que este é prejudicial à saúde e à natureza”.

Socialmente, há um apelo muito grande para eliminar a fome no mundo. Para isso, vários cientistas utilizam recursos, inclusive públicos, em pesquisas para achar soluções. O problema é que, de fato, não há uma aposta nas sementes de base livre, há, sim, inclusive, o apelo ao desenvolvimento de aberrações alimentares. Ao analisar o enfoque das pesquisas, Circe desabafa: “veja aonde chegamos. Investe-se em pesquisas para o desenvolvimento de insetos para o consumo humano e para a produção de sementes de base livre, para a produção de alimentos que promovam saúde de fato e preservem a natureza não temos nada. O investimento seria bem menor e os resultados efetivos se investíssemos na agroecologia.”

Por outro lado temos vários pesquisadores com interesse em desenvolver a produção ecológica, porém as políticas públicas acabam por abafar suas pesquisas. Não se encontram pessoas interessadas em aplicar tal conhecimento. Vários profissionais são formados para trabalhar com as grandes empresas na comercialização de agrotóxicos. Circe afirma: “É muito triste ver filhos de agricultores familiares formando-se para vender veneno. Eles não tem como perspectiva a produção de alimentos”.

Ao falar das políticas de incentivo à produção de sementes e o direito dos trabalhadores e trabalhadoras, José é enfático: “Eu não vejo a hora de me aposentar para entrar na guerra! Meu filho já tem 19 anos e a Circe já está criada e eu vou para a guerra! Não sei o que vai acontecer comigo, eu não vou morrer covardemente. Se precisar ir para a luta eu vou para defender o que construímos.”

José conta que seu pai era muito carinhoso e gostava de partilhar os frutos de seus cultivares. Seu maior orgulho era, quando alguém o visitava, presentear com algo que tivesse produzido, assim ele se sentia satisfeito. José segue os passos de seu pai e doa suas sementes às pessoas que chegam a sua casa.

A família reafirma o seu compromisso de continuar melhorando e ampliando suas sementes. Por isso, fez um vídeo na véspera da Festa das Sementes e afirma estar muito feliz, pois pôde expressar o que de bom está fazendo para o mundo. Ao final da entrevista José lastima que esqueceu de preparar muitas sementes para a Festa, inclusive de plantas medicinais, pois no dia anterior teve que trabalhar substituindo um colega que fora demitido, mas afirma: “a mandioca que pegamos em Capanema deu com uns 3 metros de altura, e na 15ª Festa poderemos partilhar suas sementes, pois até lá já terá o suficiente para mais pessoas”.

O exemplo da família Padilha Forlin é um entre tantos outros da região Sudoeste; seu trabalho e persistência motiva-nos a seguirmos protegendo e multiplicando as nossas sementes. Eles são um exemplo de garra quando se trata de defender o direito da classe trabalhadora, de acessar alimentos limpos e também de lutar por educação, saúde e demais direitos sociais. Com certeza, eles não estão sozinhos nesta luta!

As grandes empresas visam somente ao lucro. Nós, pequenos agricultores, devemos preocupar-nos conosco, com a saúde, com a biodiversidade. Como vou pagar R\$1000,00 por uma semente e esta ainda fazer mal? Como vou tratar meus animais com ela? As sementes que eu cultivo, colho um pouco menos, não faz mal. Nós não temos domínio sobre as sementes das grandes empresas, sobre as nossas sim! Sabemos o seu potencial. Falta incentivo, empenho das entidades e organizações no intuito de fortalecer a produção e pautar as políticas públicas. É através do conhecimento, do trabalho e do apoio dos movimentos que vamos avançar, afirma José.





Ataque aos direitos e crise do capitalismo: quais nossos desafios?

A Assembleia contou com a participação de 151 pessoas. Entre estas, estavam presentes associados/as convidados/as, novos associados/as e representantes da União das Cooperativas da Agricultura Familiar do Paraná – UNICAFES/PR, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF/PR, de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária – CRESOL, Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOLBASER, Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário – INFOCOS, do Grupo Gestor do Território do Sudoeste do Paraná – GGETESPA, assessora da Senadora Gleisi Hoffmann, de Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura Familiar, Sindicato dos Comerciantes, da Cooperativa Iguazu de Prestação de Serviços – COOPERIGUAÇU, da Casa Familiar Rural de Capanema, da Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS de Realeza, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, do Movimento dos

Atingidos por Barragens – MAB, do Centro de Apoio e Promoção a Agroecologia – CAPA Verê, da Igreja Confissão Luterana, Unidade Mista de Pesquisa e Transferência de Tecnologia – UMIPTT, Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada – COOPAFI, Cooperativa de Trabalho em Economia Solidária – UNITERRA, Associação Ecológica de Proteção, Representação e Educação Ambiental – ECOPAN, e da equipe da ASSESOAR.

Um dos momentos da AGO foi a mística, que sempre retrata a atual conjuntura e faz a abertura da assembleia refletindo sobre um tema que, neste ano, foi o diálogo sobre a situação que estamos passando no Brasil, sinalizando o enfrentamento e unificação das lutas e dos trabalhadores frente à perda dos direitos. Da mesma forma, os representantes das organizações e entidades que estavam presentes usaram a palavra salientando o importante papel que tem a Assesoar diante da atual



conjuntura.

Diante dos desafios apresentados, a Assesoar convidou Roberto Baggio, um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e um dos coordenadores do Fórum Paranaense da Luta Unitária. O desafio foi de apresentar um resgate do desenvolvimento histórico-político e econômico e a perda de direitos dos trabalhadores. Baggio faz o resgate da história mundial, trazendo os desafios de cada época, chegando à atualidade. Nesse contexto, atualmente, a Assesoar pauta o tema “Ataque aos direitos e crise do capitalismo: quais nossos desafios?”. Nesse sentido, Baggio afirma que “para sair da condição em que estamos vivendo no Brasil, é preciso fazer um levante como foi feito no Sudoeste em 1957”. Os presentes na assembleia manifestaram-se em defesa da necessidade da unificação de lutas diante da conjuntura atual.

Também foram expostos os demais pontos da assembleia, como a apresentação das atividades realizadas e a prestação de contas do ano de 2016, o planejamento e previsão orçamentária de 2017, os quais foram apreciados e aprovados por unanimidade pelos(as) associados(as) presentes. Foi apresentado uma relação de 11 pessoas, indicadas pelos encontros regionais, para fazer parte do quadro social, sendo aceitos como novos associados e associadas da Assesoar.

Entre os desafios para a Assesoar, está a aproximação e a participação dos associados e das associadas nas ações e reflexões da entidade, pois só há uma organização atuante quando se tem o suporte do seu quadro social. Assim, iremos buscar alternativas para aproximar ainda mais os associad@s da Assesoar.

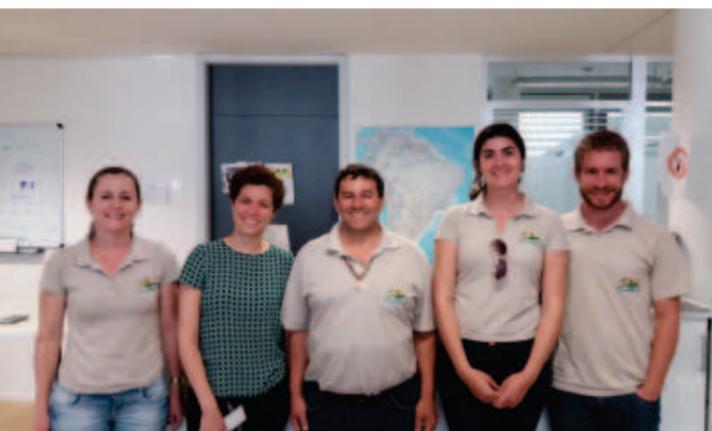
Enfim, a Assesoar segue lutando por um mundo mais justo e solidário!

A Quinquagésima Segunda Assembleia Geral Ordinária - AGO, com o tema “Ataque aos direitos e crise do capitalismo: quais nossos desafios?” aconteceu no dia 30 de março de 2017 na sede da Assesoar.





ASSESOAR realiza intercâmbio na Alemanha



Visita em PPM

Entre os dias 4 e 19 de julho, integrantes da equipe e da direção da Assesoar participaram de um intercâmbio na Alemanha. A atividade teve como objetivo a troca de experiências em agroecologia e produção orgânica e realizou-se através da relação interinstitucional existente entre a Assesoar e Instituto für Kirche Und Gesellschaft (Instituto da Igreja e Sociedade) que acontece desde os anos 80. Desde então, grupos ligados à Assesoar já visitaram as experiências alemãs, assim como grupos da Alemanha também visitaram as atividades realizadas pela Assesoar.

O intercâmbio aconteceu em continuidade ao mais recente processo de trocas de experiências iniciado em novembro de 2016. Naquela oportunidade um grupo alemão (agricultores, agricultoras e integran-

tes de organizações) esteve no Paraná visitando experiências ligadas principalmente a questão agrária, entre as quais a Assesoar foi uma delas.

Neste ano, junto com a equipe da Assesoar, participaram do intercâmbio dois professores do Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), campus de Laranjeiras do Sul, o qual também fora visitado pelo grupo alemão em 2016.

A região alemã visitada foi a do norte da Vestfália, na qual o grupo brasileiro teve a oportunidade de conhecer experiências de produções de alimentos ecológicos em Unidades de Produção e Vida Familiar - UPVF's e em áreas urbanas, espaços de processamento e comercialização de alimentos, fontes de energias limpas, associações de agricultores, organizações de pesquisas, cooperativas de fomento e universidades.

No decorrer das atividades, entre a socialização das experiências, ocorreram diversos momentos de debates sobre a atual conjuntura dos dois países, principalmente quanto à questão agrária. Tais momentos ocorreram junto às famílias agricultoras, em escolas, universidades, grupo de jovens e

organizações populares. Sendo a Alemanha um grande importador de produtos agrícolas do Brasil (principalmente a soja para alimentação animal), os impactos deste modelo agrícola gerido pelo agronegócio e as iniciativas de enfrentamento e resistência das organizações e movimentos populares em ambos os países foram os temas centrais dos debates.

Encerrando as atividades na Alemanha, a Assesoar realizou uma visita à sede da Pão Para o Mundo (PPM), em Berlim, onde, junto a representantes da organização, dialogou-se sobre as atividades desenvolvidas, seus desafios e perspectivas futuras da Assesoar.

As experiências visitadas reafirmaram a importância das organizações e movimentos populares resistirem e denunciarem o modelo hegemônico, pautando o Estado e construindo experiências que venham alavancar o desenvolvimento tecnológico em prol da agroecologia, aproximar campo e cidade a partir da temática alimentar, fortalecendo canais diretos de comercialização e formando o pensamento crítico e político.





ASSESOAR e Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais



Assesoar é uma das associadas da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Abong há mais de 20 anos e sempre defendendo os direitos da classe trabalhadora. Desde 2013, a Assesoar está participando do Conselho Diretor da Abong, representando as entidades associadas do Estado do Paraná e participando ativamente da AbongSul e organizações parceiras dos três estados do Sul do Brasil.

Assim, no 15 de maio de 2017, em Florianópolis/SC, a AbongSul realizou uma oficina sobre “Sustentabilidade Política e Econômica das OSCs e Movimentos Sociais”, com Domingos Armani. Um dos primeiros apontamentos foi a definição da sustentabilidade, que depende de como somos percebidos e valorizados por outros na sociedade.

Na sequência da oficina, aconteceu uma aula pública na Universidade Federal de Santa Catarina, sobre “Resistência e reorganização da sociedade civil em tempos de golpe”, com a participação de organizações, educandos e educandas, educadores e educadoras, entidades, movimentos, entre outros.

Nos dias 16 e 17, houve a reunião do conselho diretor com a participação dos estados, dialogando e

refletindo sobre as ações da Abong, como: as linhas centrais para a construção de orientações estratégicas; a construção coletiva do posicionamento da Abong sobre cada um dos espaços onde ela atua; os projetos e ações previstas para 2017/2018; o novo Plano de Comunicação; anova dinâmica da gestão compartilhada do Escritório, Diretoria Executiva e Conselho Diretor e a socialização do quadro financeiro da Abong e discutir alternativas de enfrentamento das dificuldades de recursos e indicar medidas frente aos cenários possíveis.

A ABONG, como as demais organizações populares, precisam cada vez mais analisar e refletir sobre a conjuntura mundial. Estamos vivendo grandes transformações, uma delas é na economia e a outra no campo da consciência. Neste sentido, precisamos visualizar o interesse que os grandes blocos (econômico, político, cultural e mediático) possuem para, assim, as organizações da sociedade civil identificarem os grandes desafios de luta na conjuntura atual, principalmente, no campo dos direitos. Portanto, precisam fortalecer e somar ações tanto no âmbito da América Latina como também em ações mundiais.

ABONG em defesa de direitos e bens comuns!



A Constituição da UMIPTT no Sudoeste, que atua como rede inovadora ao consolidar ações de pesquisa, transferência de tecnologias em busca do desenvolvimento econômico e social para a Agricultura Familiar.

Em seus debates, desde de 1968, as organizações e movimentos da agricultura da familiar da região Sudoeste elencam a necessidade de desenvolver pesquisas e transferência de tecnologias apropriadas para as características fundiárias, edafoclimáticas, considerando os eixos da produção, viabilidade socioeconômicas e ambientais das atividades desenvolvidas, com foco na sustentabilidade, através da instalação de uma estação da Embrapa na região.

Esse grande anseio tornou-se realidade em junho de 2016, com a instalação oficial da Unidade Mista de Pesquisa e Transferência de Tecnologia (UMIPTT), com sede no Campus da UTFPR, no município de Francisco Beltrão/PR. Neste, foi assinado um acordo de cooperação técnica existente entre a Embrapa Clima Temperado, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), com a coresponsabilidade de entidades da agricultura familiar e demais instituições públicas que possuem interesse na área, para possibilitar a ampliação da pesquisa agropecuária no território.

A UMIPTT possui uma modelagem inovadora de arranjo institucional, com atuação em pesquisa e

transferência de tecnologia, formada por uma rede de 14 organizações da sociedade civil e instituições públicas, que constituem o Comitê de Gestão Estratégica (CGE). Também conta com a cedência de 2 profissionais da EMBRAPA para a articulação e identificação de demandas e permitir melhor integração entre as Unidades da Embrapa que atuam na região bem como com as entidades parceiras, públicas e privadas, como universidades, institutos de pesquisa e organizações da agricultura familiar.

Definiram-se as áreas de atuação prioritárias como: bovinocultura de leite, horticultura e fruticultura, agregação de valor e sucessão familiar. Essas áreas, bem como os temas transversais como agroecologia, segurança alimentar, energias alternativas e agrobiodiversidade como fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização, fazem parte do projeto de desenvolvimento regional. E, no mês de agosto/2017, será realizando o planejamento estratégico participativo da UMIPTT, que norteará as ações prioritárias na área da pesquisa e transferência para os próximos anos e sua consolidação na região Sudoeste.





Horta Ecológica da ASSESOAR



Preparação do Terreno, setembro de 2016

Em setembro de 2016, iniciou-se a implantação de uma horta ecológica na ASSESOAR. A iniciativa teve como objetivo criar um novo espaço pedagógico que permitisse exercitar práticas ecológicas na produção de alimentos saudáveis e fornecê-los para o refeitório da ASSESOAR.

A primeira etapa da implantação aconteceu com demarcação da área e a realização de um mutirão envolvendo a equipe para preparação do terreno e construção dos canteiros.

Posteriormente foi implantado o sistema de irrigação por gotejamento (utilizando água da cisterna) e iniciou-se o plantio e cultivo de hortaliças e plantas medicinais.

Atualmente, a produção ecológica da horta vem suprimindo parte significativa da demanda de folhosas e temperos para o refeitório. As hortaliças não produzidas na horta são adquiridas de agricultoras e agricultores ecológicos, garantindo a qualidade dos alimentos servidos na ASSESOAR.